



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 113ª  
(CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 111ª Sessão Ordinária;
- Ata da 35ª Sessão Extraordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Liliane Roriz, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Chico Vigilante, hoje houve uma reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e aprovamos alguns projetos importantes.

Inclusive, Deputado Chico Vigilante, o projeto que se refere à autorização... A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças aprovou por unanimidade, com minha relatoria, o projeto que permite a colocação de postos de gasolina em postos de estacionamento de *shoppings* e supermercados.

Também foi autorizada, Deputado Wellington Luiz, a prorrogação da utilização dos fundos, tendo em vista que o Governador explicou que há o compromisso de reposição dos fundos partidários. Não era correto, por exemplo, o Fundo da Cultura ter 52 milhões, precisar de apenas 3 milhões no mês de janeiro e ficar com 49 milhões parados, quando a folha de pagamento precisa ser paga. O servidor público, principalmente, sabe da importância de receber o seu pagamento em dia.

O Deputado Wasny de Roure fez uma série de levantamentos e pediu ao governo para explicar como ia fazer essa recomposição. Existem alguns créditos. Eu quero cumprimentar o pessoal terceirizado do SLU que está aqui para reclamar do atraso do pagamento que merece todo o nosso respeito. Deputada Liliane Roriz, nós tomamos conhecimento de que o governo mandou um projeto de crédito para pagamento dos servidores do SLU, Deputado Wellington Luiz, mas sequer tinha sido lido aqui, parece que vai ser lido hoje à tarde no plenário.

Então, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças não tinha condições, por mais que reconhecesse a importância da aprovação do crédito para sanar o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

problema de vocês do SLU que estão aqui na galeria, porque o processo legislativo exige um certo ritual: o governador tem que mandar uma mensagem; quando chega essa mensagem, transforma-se num projeto de lei; esse projeto de lei é examinado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; em seguida, pela Comissão de Constituição e Justiça; e é aprovado pelo plenário. Nós estamos aguardando a presença da Presidente da Câmara Legislativa no sentido de que S.Exa...

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado, já chegou e já foi lida. Vamos votar hoje. O secretário, Deputado Chico Vigilante, acabou de ler.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Então, já há uma expectativa. Se houver acordo das lideranças, e eu acredito que haverá esse acordo, isso já pode ser votado. As comissões abrem a excepcionalidade de dar parecer em plenário de maneira que possamos votar esse crédito de 18 milhões hoje e talvez ele ser publicado amanhã no diário, para que o SLU possa fazer o pagamento.

Afinal de contas – eu costumo dizer isso –, terceirizado tem que ser tratado como servidor. É tanto que eu defendo que o auxílio alimentação do terceirizado seja igual. Eu digo isso não só como discurso, porque fiz quando era diretor-geral do Senado. O auxílio alimentação lá, por dia, era vinte reais. Muitos questionaram, e eu disse que, na hora de comprar um quilo de feijão no supermercado, seja você gari do SLU, seja deputado ou seja qualquer ministro, o quilo do feijão que um ministro e um deputado compram no supermercado tem o mesmo preço que o que vocês terceirizado pagam. Então, não é justo ter uma diferença tão grande entre o auxílio alimentação pago ao servidor e ao terceirizado, Deputada Luzia de Paula, porque, na hora de fazer as compras, todos são iguais. E o estômago do terceirizado não é diferente do de qualquer um de nós.

A grande dificuldade em aumentar o auxílio alimentação dos terceirizados, Deputado Bispo Renato Andrade – V.Exa. que está sempre irmanado com as questões sociais –, é porque o auxílio alimentação tem caráter indenizatório e sai direto do governo para o bolso do terceirizado. Ele não pode ser inserido na planilha de lucro das empresas. É tanto que as empresas não fazem muita questão. Mas o governo que quiser valorizar o terceirizado, Deputado Wellington Luiz...

Eu propus isso à Câmara Legislativa para o Deputado Wasny de Roure, quando presidente, porque é uma forma de reconhecer o trabalho do servidor terceirizado. Não é conceder reajuste, porque eles têm sindicato que estabelece esses tetos. Se dessem pelo menos seiscentos, setecentos reais de auxílio alimentação para um terceirizado, ele pegaria esse dinheiro, daria para a esposa fazer a feira do mês e, com o restante do salário dele, ele iria se virar para comprar um caderno para o menino, para comprar uma roupa. Mas falta sensibilidade, Deputada Luzia de Paula. Quando são as votações de interesse de grupos econômicos fortes, esse processo aqui da Câmara voa, anda rápido.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-se V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, quero, neste momento, parabenizá-lo por esse discurso, por esse comprometimento.

Sabemos que o terceirizado, o trabalhador que ganha menos é que teria que ter um auxílio-alimentação maior do que o daqueles que ganham mais, maior do que o nosso, maior do que o do servidor que tem um bom salário. Infelizmente, vivemos em um país onde a hipocrisia começa justamente nessa parte em que temos essa desigualdade, uma desigualdade desumana.

A partir do momento em que esse trabalhador, as classes menos favorecidas, tivessem um auxílio-alimentação digno, com certeza seríamos um país muito melhor e mais igual. E, se existe pecado, este é um dos grandes que se comete nesta terra: tratar as pessoas com diferença, até na hora de se alimentarem.

Muito obrigada, Deputado. (Palmas.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputada Luzia de Paula. Todos nós conhecemos o caráter social de seu trabalho, sabemos a importância que V.Exa. dá às questões dos mais necessitados.

Poderia alguém olhar e dizer: “Esse Deputado está fazendo discurso porque, na prática, ele nunca fez isso.” Informo a qualquer um de vocês que os servidores terceirizados do Senado, além do auxílio-alimentação, que há nove anos era de 20 reais por dia, ainda tinham direito ao atendimento que o próprio servidor tinha no serviço médico, Deputado Wellington. Ou seja, a gente tratava o servidor terceirizado com dignidade, Deputada Luzia. E é tão pouco!

Nesses contratos milionários, o que custa colocar uma cláusula que estabeleça um auxílio-alimentação digno? O que custa colocar uma cláusula que dê um plano de saúde a esses servidores terceirizados? São esses servidores, Deputado Bispo Renato Andrade, que trabalham conosco. Os da Câmara são testemunhas dessa luta.

Peço à Deputada Liliane Roriz, Vice-Presidente da Casa, que tente convencer a nossa Presidente, Deputada Celina Leão. Não tive competência para convencer o ex-Presidente desta Casa, Deputado Wasny de Roure, a aditar os contratos terceirizados. Acho que dava só 5 mil reais por mês para aumentar o auxílio-alimentação dos terceirizados, mas mesmo assim não consegui. Pode ser que V.Exa. tenha mais competência que eu e convença a Deputada Celina Leão, que é uma Deputada sensível também, a estabelecer isso.

Se a gente der o exemplo aqui dentro da Câmara Legislativa, quem sabe o Governo do Distrito Federal não segue nosso exemplo? Se a gente seguisse o Legislativo, seguiria o Senado, seguiria a Câmara dos Deputados, onde o terceirizado tem muito mais dignidade do que aqui, muito mais dignidade do que tem no Executivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Então, espero que, já lido pelo Deputado Chico Vigilante, esse projeto, que chega tarde, chega nos 48 minutos do segundo tempo e a Câmara tem que se virar nos trinta, seja aprovado, para que não haja um atraso significativo no salário de vocês, para que isso não aconteça mais. Não precisavam deslocar todos vocês para cá por uma coisa que é trivial. É normal você trabalhar e receber o salário! Ou agora o pagamento do salário ou do décimo terceiro passou a ser uma coisa excepcional e o governo ou a Câmara Legislativa estão fazendo favor a quem recebe? É um absurdo deslocar pais e mães de família de suas residências ou do seu trabalho para lutarem pela aprovação de um projeto que garanta o pagamento de seus salários, como se fosse uma grande novidade, um grande favor o que estamos fazendo por vocês!

Muito obrigado, Sra. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Quero aqui registrar a presença da Dra. Kátia, do SLU, e parabenizá-la pela forma com que está conduzindo o SLU. Quero também parabenizar todos vocês que estão aqui, lutando por seus direitos. Saibam vocês que estou aqui, hoje, presidindo esta sessão e vou aguardar os meus colegas, que certamente vão descer daqui a pouco para votar o projeto que se refere ao salário de vocês, dando-lhes tranquilidade. Está chegando o Natal e queremos garantir o salário de vocês.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho, Deputado Bispo Renato Andrade, que está acontecendo uma coisa muito ruim no Distrito Federal.

O SLU, que é um órgão do governo, sabia que tinha de pagar os trabalhadores que estão aqui. A empresa também tem que ter capital de giro para pagar os trabalhadores, que, por sinal, vivem uma situação quase de semiescavidão. Para quem não sabe, esses trabalhadores e essas trabalhadoras que estão aqui são mão de obra semiescrava, Deputado Wellington Luiz.

Eu vi aqui, outro dia, na marquise da Câmara Legislativa, uma trabalhadora esquentando a marmita dela em um foguinho – eu até filmei – dentro de um latão em que o lixo é recolhido. Essa é a vida desses trabalhadores. Fico imaginando quantas bactérias deve haver dentro daquele latão. A pessoa come e já sai dali acumulando um monte de bactérias. Essa é a vida dessas pessoas. O salário que ganham dá para viver assim, com aquela marmitinha.

Os filhos, muitas vezes, não têm o pão e ainda, quando chega a hora do pagamento, a empresa, que ganha milhões, diz que não tem com o que pagar. O governo, depois do dia do pagamento, é que manda um projeto de 18 milhões para pagar a essas pessoas.

Isso é incompetência, é falta de planejamento. São coisas que não deveriam acontecer. E terminam as empresas, locadoras de mão de obra, que é o caso,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Deputada Luzia de Paula, transformado os trabalhadores em reféns. Porque, se não se mobilizam, não recebem o salário.

Na vigilância não é diferente também, não. Temos aí os vigilantes dos hospitais, a quem, mais uma vez, a Ipanema está sem pagar. Vejo aqui o Secretário Igor Tokarski. E eu queria dizer que ou o Governador Rodrigo Rollemberg tem coragem de romper o contrato com esse tipo de empresa e contratar outras ou os trabalhadores estão ferrados, porque as empresas estão fazendo altos sequestros dos trabalhadores. Elas não pagam os salários, e os trabalhadores têm que fazer greve para receber. São os absurdos que estão acontecendo no Distrito Federal.

Nesse caso do SLU, mesmo o projeto tendo sido lido hoje, Deputada Liliane Roriz – não era recomendável a votação de hoje –, eu voto, para que eles pelo menos amanhã tenham o que comer.

Não adianta você chegar para o dono do barraco – eu já morei de aluguel –, no dia de fazer o pagamento, e dizer que está sem o receber o salário, porque ele não acredita e fica com uma cara feia danada! Não é isso? Ele acha que você está mentindo, que não paga o aluguel porque não quer.

Boa parte de vocês ainda compra na caderneta, vai lá na lojinha e deixa a compra anotada. Aí, quando chegar o fim do mês sem o pagamento, não vai poder comprar mais um quilo de costela de boi. Vai comer arroz com feijão puro, quando tem; pois, na maioria das vezes, come arroz branco, Deputado Agaciel Maia.

Portanto, é preciso que a gente atente para a realidade em que vivem os trabalhadores terceirizados. Acho que, na licitação feita para a contratação das empresas de limpeza, é preciso fixar o salário, é preciso fixar a multa pelo atraso de pagamento e é preciso que se exija capital de giro, pois, na hora de assinar o contrato, eles assinam dizendo que podem ficar até três meses sem receber. Na hora em que não recebem, não pagam para os trabalhadores.

Dito isso, eu quero levantar outro ponto. Fiquei particularmente estarecido ontem. Eu estou com um vídeo aqui de uma auxiliar de enfermagem que foi presa e algemada ontem por exigir o atendimento de um paciente que ela estava acompanhando, para que ele não morresse. A Estela. É terrível a imagem, Deputado Bispo Renato Andrade. Ela, algemada, porque, Deputada Liliane Roriz, exigiu que o médico, que estava escondido, viesse prestar o atendimento. Chegou o policial e deu voz de prisão a ela. Ela deu voz de prisão ao policial e fez muito bem, porque ela estava desenvolvendo o trabalho dela e queria, simplesmente, salvar aquela vida. Ela queria salvar aquela vida, ela queria que aquele paciente fosse atendido. E foi arrastada, Deputada Liliane Roriz, de dentro do hospital como se fosse uma criminosa, por querer que alguém fosse atendido. Foi arrastada. Algemada, arrastada e levada para a delegacia como se fosse uma criminosa, quando o que ela estava fazendo era exigir o atendimento de uma pessoa que estava mal. E ainda inventaram que ela tinha levado a mulher sem ter autorização do hospital em que ela estava internada antes. E ela fez muito bem em ter levado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Portanto, ela merece louvor. Se eu fosse Governador do Distrito Federal, eu chamava essa senhora para ser condecorada com a medalha do mais alto nível do Distrito Federal por exercer a sua função, e não levar algemas por estar atendendo bem uma paciente que merecia ser atendida.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. Srs. Deputados, quero cumprimentar os servidores públicos aqui presentes, a comunidade que vem acompanhar os projetos, o pessoal dos *food trucks*, os servidores do SLU aqui presentes, o pessoal que ajuda a manter esta cidade em ordem.

Quero, Sra. Presidenta, registrar aqui a nossa compreensão sobre o debate que, inclusive, foi trazido a este plenário pelo Deputado Agaciel Maia, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

estabeleceu a necessidade de um remanejamento do Fundo Constitucional no Distrito Federal. Conforme foi apresentado por nós na comissão, o Deputado, líder da maioria e Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, trouxe isso a este plenário da Casa, corroborado por nosso entendimento também. E a gente teve, na última sexta-feira, a grata satisfação de perceber que o governo vai processar de fato esse remanejamento, que será superior a 100 milhões de reais. Isso, com certeza, vai ajudar a fechar as contas pertinentes ao final, ao encerramento do ano. É um recurso que o Fundo Constitucional não terá condições de processar via edital de licitação, projeto executivo, e, se esses remanejamentos não ocorrerem naturalmente, a União reterá esses recursos sobre o assunto.

Sra. Presidente, eu gostaria aqui de trazer a esta Casa outra preocupação, que foi o debate ocorrido hoje no horário do almoço com o Sr. Governador e um conjunto de Deputados, inclusive com a presença da Presidenta, do Deputado Ricardo Vale e de outros colegas Deputados, por ser presidente na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, que ontem realizou uma audiência bastante concorrida aqui na Casa.

Sra. Presidente, eu acredito que esse debate das demolições não pode ocorrer simplesmente a partir de uma leitura da Agefis. Apenas dentro de uma compreensão que cabe à Agefis fazer sobre essa ou aquela remoção. O Deputado Bispo Renato Andrade, inclusive, estava presente. Nós entendemos que é fundamental o governo apresentar qual é o entendimento do processo de regularização dessas áreas porque, em última instância, o que condiciona uma demolição não é o fato de uma pessoa ter construído há seis meses ou há dez anos, não é isso o que delimita. O que delimita, na essência, é se ocupou uma área pública sem a devida anuência do poder público. Então, não é questão de data.

Se o governo entende que precisa fazer uma negociação para pacificar a cidade, principalmente nesse clima natalino que nós estamos vivenciando, é fundamental a área social presente, a Agefis presente, mas fundamentalmente a Secretaria da Gestão Territorial.

E aí quero lamentar uma coisa, eu falei hoje para o Governador: foi um prejuízo para a cidade acabar com o GRUPAR – Grupo de Análise e Aprovação de Parcelamento de Solo. O Grupar foi criado, inclusive, no Governo Arruda. Tinha a tarefa de localizar determinadas irregularidades, determinadas áreas em situação irregular e trabalhar o processo da regularização.

O problema é que o governo faz a operação, hoje tira, amanhã vai lá e constrói, como é o caso do depoimento de um senhor, Deputada Liliane Roriz, que ontem, trazendo uma criança no colo, falou que a família teve o imóvel demolido, e a comunidade se juntou para poder construir o imóvel. O Deputado Bispo Renato Andrade estava lá.

Então, não adianta a gente querer fazer uma operação meramente na ótica policial. Não é a ótica policial apenas que vai resolver isso. Eu creio que o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Governador Rollemberg está cometendo um grave equívoco ao cenário social, que precisa ser analisado; ao cenário da família, que precisa ser levado em conta. Eu quero aqui trazer à tona essa questão do debate da família. O melhor momento de fazer o debate da família é agora, a realidade concreta da sobrevivência das famílias.

Agora é claro que há um comprometimento no processo de parcelamento da cidade, um comprometimento da qualidade de vida irrefutável. Irrefutável. O que nós temos é uma população que precisa encontrar respostas concretas.

O Governador, até de maneira bastante positiva, falou de várias medidas que estão sendo tomadas, inclusive programas de lotes a serem vendidos em caráter popular, ou seja, em regiões acessíveis à população. Mas, é claro, o processo de venda do Estado sempre é o processo de licitação. Ele não pergunta quem tem o dinheiro e as condições ou quem não tem. Ele realiza, e as pessoas se habilitam a comprar.

Então, eu quero fazer aqui um apelo desta tribuna porque a Casa está se comprometendo a fazer um debate difícil, mas extremamente necessário. É um debate corajoso a ser feito, mas necessário, que não pode ser simplesmente lançado numa audiência pública sem que se dê desdobramento a ele.

Eu quero concluir a minha fala cumprimentando o Deputado Ricardo Vale e o Deputado Bispo Renato Andrade, que tiveram a capacidade de fazer um debate que foi muito difícil. Eu cheguei no final, não pude presenciar todo ele, Deputado Agaciel Maia, mas foi um debate muito tenso, muito duro, muito difícil.

Nós precisamos entender, de um lado, qual o nosso limite e, do outro lado, qual o nosso compromisso para que nós possamos caminhar, estar juntos com a população, ajudar a negociar, a interceder, a sensibilizar o governo.

Há uma tese que tem se colocado nesta cidade de que Deputado não tem que se envolver no processo de regularização, que isso é uma tarefa exclusiva do Poder Executivo. Negativo! Nós estamos aqui em permanente contato com a população, seja na Comissão de Assuntos Fundiários, seja nas audiências que promovemos na cidade, seja em contato direto. O Deputado tem que se envolver, e se envolver responsabilmente. Não com base na mentira, não com base em dar cobertura a grileiros ou pessoas que agem ilicitamente.

Eu quero aqui cumprimentar a Deputada Telma Rufino. Hoje, nós iremos votar o projeto da Defensoria Pública, no qual ela propôs, Deputada Liliane Roriz, a criação de duas promotorias – ou procuradorias, me desculpem se estou errando o termo técnico. Uma é dirigida à questão da mulher e outra, dirigida à questão da moradia.

Eu, particularmente, tenho debatido com a Defensoria Pública pela credibilidade, pela desenvoltura, pela capacidade jurídica, pela capacidade de ajudar na defesa do menos favorecido de maneira transparente, de maneira responsável, fortalecendo sobretudo políticas públicas transparentes que robusteçam o direito de moradia do cidadão, que é um direito constitucional. Mas, se tratarmos a matéria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

meramente do ponto de vista policial, nós não iremos encontrar saída para a nossa cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Pergunto ao Deputado Chico Leite se gostaria de fazer uso da palavra. Nós já estamos encerrando os Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de comunicar que, na quinta-feira, às 11h, haverá uma audiência com o pessoal da CEB. Chegou um projeto de lei à Câmara em que a CEB e o governo pedem autorização para vender a participação da empresa nas subsidiárias. Na exposição preliminar da CEB, o Presidente afirmou perante o Colégio de Líderes que hoje a empresa tem um *deficit* do seu patrimônio líquido de 500 milhões. Esse indicador significa que, se tudo o que a CEB tem for vendido, não dá para pagar o que ela deve. Ou seja, se a CEB vender todo o seu patrimônio, ainda ficará devendo 500 milhões de reais. Nós pedimos – e eu convido todos os Deputados e assessores para a ocasião –, que o Presidente da CEB traga para esta Casa um histórico analítico do porquê de essa empresa ter chegado a essa dívida, quais são as soluções do presente e qual o cenário futuro que ela tem.

Recentemente, nós aprovamos um crédito de mais de 50 milhões para a CEB com a explicação de que, para ela adquirir a certificação da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, ela precisava desse dinheiro. Agora, quinze, vinte dias depois, chega mais um projeto de lei do governo pedindo exatamente essa autorização, sem que ela tenha sido mencionada. Estima-se em torno de 400 milhões a 500 milhões a venda da participação da CEB.

Então, quinta-feira, às 11h, quem quiser saber do passado, do presente e do futuro da CEB venha à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, entre 11h e meio-dia. Durará uma hora, eu pedi que fosse restrito a esse tempo. A direção fará uma exposição, Deputado Chico Leite, para explicar tudo isto: quem causou esse estrago todo, se existe perspectiva, se a CEB, a exemplo de outras estatais, passou por um processo de sucateamento para depois ser vendida por 1 real.

Se o patrimônio todinho não paga as dívidas, se o governo se desfizer por 1 real, vai ser vantagem para ele. Nós conhecemos muito bem essa política neoliberal que, primeiro, atrofia, vai matando gradativamente as empresas, para depois passá-las à iniciativa privada a custo de banana.

Eu espero que essa apresentação do Presidente da CEB nos dê subsídio para que nós possamos votar esse projeto de lei que tramita na Casa. É o que eu tinha a falar, Sra. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Boa tarde e obrigado, Sra. Presidente. Foi acordado pelo Colégio de Líderes, ontem, que fosse incluído na pauta o Projeto de Lei Complementar nº 27, de 2015, que altera o projeto da Defensoria Pública. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Ok, Deputado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Existe um outro também, que foi acertado com a Presidente Celina Leão, sobre a questão dos administrativos da Defensoria. Eu estou esperando a Presidente chegar para que seja colocado em pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Será incluído na pauta. Se houver *quorum*, votaremos ainda hoje.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço a sensibilidade de V.Exa., que muito tem contribuído. Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, antes de passar à minha missão aqui nesta tribuna, pela Liderança da Rede (*sic*), eu queria abordar dois temas.

Um já foi abordado pelo nobre Deputado Agaciel Maia, que tem razão: todos estamos unidos para salvar a CEB. Mas é importante que nós tenhamos um diagnóstico sobre o que ocorreu com a empresa, até para não admitirmos que se erre de novo.

Isso é muito importante. Ontem, no Colégio de Líderes, houve este debate: o Deputado Chico Vigilante; o Deputado Wellington Luiz, pelo PMDB; o Deputado Prof. Reginaldo Veras, pelo PDT; os colegas se uniram em torno desse fundamento. Nós precisamos saber qual é o estado da empresa, para não ficarmos o tempo todo aqui ao talante de aprovações meramente circunstanciais, para que todos tomemos uma posição em favor da paraestatal. Nós precisamos saber o que fizeram à CEB para ela se encontrar nessa situação. Então, quero irmanar-me com o Deputado Agaciel Maia e dizer que estaremos presentes na quinta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Chico Leite, desculpe eu interromper V.Exa., mas acabei de receber a informação de que há um empréstimo que o governo fez para a CEB, de um banco suíço, o Credit Suisse, de 1 bilhão e 200 milhões de reais. É mais um dado sobre o qual a gente deve perguntar: o porquê desse empréstimo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Muito bom. Nós precisamos arejar a empresa de maneira que ela fique pronta a cumprir as suas tarefas institucionais. Os servidores estão muito preocupados, a sociedade inteira está muito preocupada, os colegas Parlamentares também estão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Outro tema é o projeto relativo à organização dos serviços da Defensoria Pública. É fundamental que façamos isso. Nenhum órgão atua na sua atividade fim sem que tenha instrumental na sua atividade meio para fazê-la. Nesse particular, nós inauguramos um novo ciclo na Defensoria Pública, que é a possibilidade de iniciativa de Lei do Defensor-Geral, algo previsto na Constituição Federal, na Lei Orgânica, na emenda que instituiu a Defensoria como instituição e, agora, na iniciativa do Defensor-Geral, Dr. Ricardo, inaugurando esse processo. Estimo que todos nós tenhamos êxito.

Depois desses dois assuntos, Sra. Presidente, em horário da Liderança da Rede, eu quero comunicar à Casa que ontem visitei, juntamente com nossos porta-vozes, o Pedro Ivo e a Shalon, o Subprocurador-Geral, Dr. Nicolao Dino, que hoje coordena a 5ª Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal. Fomos levar, em nome da Rede, as assinaturas que colhemos nesses últimos três meses de campanha diária em locais de grande público, como também em clubes de serviços – como Lions, Rotary –, nas universidades, nos centros de ensino, nos centros de ensino superior, nas faculdades. Nós fizemos um grande movimento, vamos continuar, mas entregamos ontem mais de 2 mil assinaturas na campanha Dez Medidas Contra a Corrupção.

V.Exa. sabe que o Brasil está, neste momento, em um processo profilático importante, que vai passar a limpo sua história, que vai separar o joio do trigo. Nós precisamos, como complemento, aprovar esses vinte projetos de lei que fazem parte das chamadas Dez Medidas Contra a Corrupção, que é um grande movimento a partir da coordenação da Lava Jato, para que possamos ter mais instrumental.

Um dos graves problemas, como dizia o professor Klaus Tiedemann, de Direito Penal Econômico, é uma certa complacência social. Todos querem o bandido pobre preso, mas convidam o bandido rico para paraninfo de formatura porque ele paga a festa. Ou nós fazemos essa diferença com verdadeiro preconceito, legislação dura, perda de bens, confisco, penas elevadas – porque a corrupção é um latrocínio cometido contra a sociedade –; ou damos esse passo definitivamente, ou não vamos mudar o Brasil. Ontem, nós da Rede demos a nossa pequena contribuição, mas não é possível pensar na construção de um edifício se não pusermos, pelo menos, o próprio tijolo.

É essa a comunicação, Sra. Presidente. Muito obrigado a V.Exa. e aos colegas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente Deputada Liliane Roriz, eu já havia feito uma ponderação na semana passada aqui na Casa que é um pedido de reconstituição do Projeto de Lei nº 683, de 2011, protocolado pelo Deputado Cláudio Abrantes. Eu sou o autor do projeto. O Deputado Rafael Prudente tem um projeto. Esse projeto é originalmente de 2011,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

mas o Deputado Rafael Prudente também tem um projeto, o qual foi pedido apensamento. Esse projeto tramitou nas comissões. Na Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Cláudio Abrantes pediu vista e, nesse ínterim, o projeto sumiu.

Eu quero pedir que V.Exa., juntamente com a Presidenta, possa assinar a recondução da reconstituição desse projeto para o plenário a fim de que possamos apreciar ainda hoje, Deputada Liliane Roriz. É possível?

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Se tivermos *quorum*, Deputado. Eu acho que o *quorum* já está acabando.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não. Eu estou esperançoso.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está esperançoso? Eu também estou.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – O profeta Jeremias disse: “Traga a minha memória aquele que me dá esperança”.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu também estou um tanto esperançosa para dar uma notícia boa tanto ao pessoal do SLU – Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, quanto ao da Defensoria Pública. Nós estamos aqui para isso. (Palmas.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Então peço a V.Exa. que avalize esse meu pedido. Eu já conversei com a Presidenta da Casa, e S.Exa. concorda. Aí, daria tempo de trazer o processo para o plenário. Peço a sua compreensão.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Acato sua solicitação.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Há *quorum* regimental.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de fazer um apelo aqui. Parece que o projeto de lei que reestrutura a Defensoria Pública já tramitou nas três comissões, mas há pendência de trâmite nas comissões do projeto dos servidores da Defensoria Pública. Um fala sobre os defensores e o outro fala sobre a estrutura da defensoria.

Faço um apelo aos presidentes das comissões: que pudéssemos dar o parecer no plenário e votar os dois conjuntamente, porque são projetos extremamente importantes. Se a gente vota o da Defensoria sem votar o dos servidores... Então, eu gostaria de fazer este apelo – já temos o acordo de Líderes para votar o projeto dos servidores da Defensoria – para votarmos os dois: não somente o dos defensores, mas também o dos servidores.

Eu tive possibilidade de conversar com a Deputada Luzia de Paula, que não se colocou contrária e está disposta a dar o parecer. Quero agradecer à Deputada Luzia de Paula a disponibilidade em dar o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. Peço o apoio da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, e da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, também para fazer a análise de mais esse projeto.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu pedi para minha assessoria de plenário fazer um levantamento dos projetos aprovados dos Parlamentares. Existe uma desigualdade grande entre os Deputados. Há parlamentares que aprovaram nove projetos; parlamentares que aprovaram dois projetos; outros, três. Enfim, minha sugestão de encaminhamento é que – no meu caso específico – se incluíssem mais dois projetos na pauta, para que eu possa não ser o primeiro, mas pelo menos ficar na média da turma, porque está muito desigual. Enquanto há Parlamentar que tem nove, outros têm dois.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Eu aprovei até agora cinco projetos, mas gostaria de incluir mais dois na pauta, tendo em vista o equilíbrio que sempre mantemos aqui na Casa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Vou informar o que aconteceu, pois acho que é importante, Deputado Cristiano Araújo, para fazer um esclarecimento e não ficar parecendo que está havendo um tratamento desigual entre os Parlamentares. Inclusive, alguns têm menos projetos ainda. Alguns têm três, outros têm dois.

Eu gostaria de fazer o seguinte: como a Deputada Liliane Roriz está presidindo, o encaminhamento é para que a gente possa ter, no mínimo, cinco projetos, e todos os Deputados também tenham a possibilidade de chegar a cinco projetos aprovados.

O que eu peço aos colegas – não temos dificuldade nenhuma de acatar o pedido do Deputado Cristiano Araújo – é que mantenham o *quorum* necessário para que os projetos dos outros colegas também sejam votados, porque alguns ainda estão com menos de cinco. Então, eu acho que manter, no mínimo, cinco para todos os colegas é tentar trazer igualdade para todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Cristiano Araújo, acato a solicitação. V.Exa. tem algum projeto?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu peço, então, a V.Exa. que inclua o PL nº 61, de 2015, de minha autoria, e da mesma forma o PL nº 58, de 2015. Quero apenas me comprometer com a Deputada Celina Leão, Presidente desta Casa, dizendo que eu ficarei aqui para votar os meus projetos e os dos colegas também.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Acato a solicitação.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Semelhante ao pedido da Presidente desta Casa, a Deputada Celina Leão, para votar o projeto da Defensoria Pública, quero dizer que hoje pela manhã a comissão votou o projeto que lá estava. Pelo que eu entendi, há outro projeto que se está pedindo para incluir extrapauta.

Eu queria dizer que, semelhante ao pedido da Deputada Celina Leão, acho que da parte do governo não teríamos problema em votar esse, desde que pudéssemos votar aqui também – peço a inclusão extrapauta – o Projeto de Lei Complementar nº 44/2015, referente à flexibilização. Nós votamos o parecer nas duas Comissões, tanto na CEOF como na CCJ.

Se a gente incluir hoje projetos extrapauta, é importante colocar esse que foi votado nas duas comissões sobre a flexibilização dos fundos, bem como o crédito do pessoal do SLU, que não passou em nenhuma comissão, mas até em respeito a todos os servidores que estão aqui na Casa, a gente poderia votá-los.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Então, da nossa parte não há problema em votarmos o segundo projeto da Defensoria, mas faço um apelo para votarmos a flexibilização e o crédito do SLU.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, tendo em vista a flexibilização para que cada Deputado possa aprovar até cinco projetos no mínimo, eu peço a V.Exa. a inclusão do meu projeto, que é de interesse da sociedade de Brasília: Projeto de Lei Complementar nº 5/2015, que trata da liberação para instalação de postos de gasolina em supermercados. Peço a inclusão dele na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, acato a solicitação de V.Exa. Somente peço o apensamento do projeto de V.Exa. ao projeto do Executivo que chegou à Casa, porque nós recebemos uma recomendação do próprio Ministério Público com medo do vício de inconstitucionalidade. É um pedido aos presidentes de comissões. Acato a solicitação de V.Exa. e peço o apensamento, para votarmos o projeto sem o prejuízo da inconstitucionalidade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, a questão é que o projeto de minha autoria está tramitando desde o começo do ano. Eu ouço dizer que tem presidente de comissão que disse que vai segurar o projeto na comissão para que ele não tramite. Portanto, eu peço a V.Exa. que traga ao plenário, independente de comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, nós iremos trazer já para a pauta, para a Ordem do Dia, cumprindo o compromisso de trazer o projeto para a pauta, a pedido de V.Exa. Eu peço celeridade no outro projeto do Executivo, que já está nas comissões, para que seja votado rapidamente e unificarmos. Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria apenas de remontar a ontem, quando houve uma reunião dos Líderes. Hoje seriam votados apenas os pareceres das comissões. Votaríamos, talvez amanhã, os projetos do governo.

É lógico que tem de haver algumas excepcionalidades. O Poder Legislativo é flexível e atende aos anseios, como esse problema do projeto de crédito do SLU. A preocupação nossa é que a sessão do encerramento, na próxima terça-feira, vai ficar muito pesada. Nós temos que votar o plano plurianual, temos que votar o projeto de lei orçamentária e tantos outros projetos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

V.Exa. poderia, se fosse o caso aqui, suspender durante cinco minutos para reunir os Líderes e definir uma pauta. Eu, por exemplo, gostaria que fosse apensado o processo do Deputado Chico Vigilante. Nós aprovamos hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças o projeto que permite a instalação dos postos de gasolina nos *shoppings* e supermercados, mas falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Nós poderíamos fazer o apensamento do projeto do Deputado Chico Vigilante, mantendo como principal o titular, o projeto do governo, para não criar esse risco de vício de inconstitucionalidade, e poderíamos votar essa pauta, a exemplo da flexibilização dos fundos, que nós votamos na CEOF e é necessária para pagar a folha de pagamento de janeiro.

A Comissão de Constituição e Justiça votou a utilização da tabela Fipe para o IPVA. Eu me proponho a votar na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças matérias que foram votadas em outras comissões, como a do pessoal de apoio da Defensoria, que V.Exa. quer votar e que não foi votada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças porque o processo não estava lá. Eu me proponho também a votar. Podemos votar o projeto da Defensoria, e mais pelo menos dois ou três projetos do governo que são importantes, como o IPVA, por exemplo. Não é aumento, gente, é um benefício que está se dando de correção. É bom que se diga isso. Podemos votar o IPVA, a flexibilização dos fundos e a autorização para instalação de postos de gasolina em supermercados. Nós tiraríamos essa pauta e ficaria apenas com quinze ou vinte projetos do governo para apreciação na terça-feira.

Eu proponho a V.Exa. – já que há acatamento para que esse acordo de Líderes seja flexibilizado e V.Exa. acatou algumas solicitações – que se reúna com os Líderes e façamos uma pauta para votar essas matérias ainda hoje. É um apelo que faço a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, ventilou-se a hipótese de colocar em pauta agora, aqui no plenário, a questão dos postos de combustíveis, e atrás disso tem toda uma história da imprensa sobre a formação de cartel de combustível, essa coisa toda.

Eu quero dizer que acho que nós devemos discutir, sim, nas comissões. Eu gostaria de discutir na CCJ. Sabem por quê? Porque eu tenho um fundado receio, Deputado Chico Leite, de que, na ânsia de se acabar com o cartel dos combustíveis, se crie outro cartel. Verifico o seguinte, pelo menos pelas informações que recebi: não é necessário que se faça um projeto tão rebuscado como está aí não, é só revogar a lei anterior, porque, salvo engano, conforme a informação que eu recebi ontem no almoço em Águas Claras, em que vários Parlamentares estavam presentes,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

foi feita uma lei que proíbe postos de gasolina em supermercados. Então, não é necessário fazer outra lei acabando com isso, o que se tem de fazer é uma lei que revogue a anterior. É só isso.

Eu não me incomodo. Para mim, pode ter posto de combustível em bordel, em templo, no que for necessário. Não há problema nenhum. Não dá é para ficar legislando casuisticamente, ou seja, para isso aqui, porque aí, a lei perde o sentido.

Então, eu gostaria de registrar aqui o meu pedido para que fosse discutido esse projeto na CCJ, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, ainda em relação ao pedido do Deputado Julio Cesar, ontem houve no Colégio de Líderes o acordo sobre os projetos que seriam votados hoje e os demais seguiriam o rito normal nas comissões.

Sobre o pedido do Deputado Julio Cesar de apreciarmos o projeto referente aos fundos, não houve acordo para que fosse votado nesta tarde. Inclusive, na conversa do Deputado Wellington Luiz – não sei se S.Exa. mudou de opinião –, ele também não está favorável a que se vote hoje, e, caso isso venha a acontecer, que se reúnam novamente os Líderes e se converse, como é a proposta do Deputado Agaciel Maia. Não se pode simplesmente chegar e dizer: “vai para o Colégio de Líderes”. Se assim for, então, não vale nada essa reunião do Colégio de Líderes, pois se vai lá, se discute e chega aqui, o acordo é quebrado a toda hora por pressão do governo, porque tem que aprovar? Por que não mandou isso antes para que fosse discutido?

Neste sentido, Deputado Julio Cesar, peço que se pondere sobre isso: acordo é feito para não se quebrar.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, queria falar duas coisas. Primeiro, citar a presença aqui do Norberto Fischer, esposo da Katiele Fischer, que, na realidade é um casal que empreende, no Brasil todo, a liberação do canabidiol, que hoje está na pauta para que possamos votar em segundo turno. Se nós conseguirmos aprovar em segundo turno, nós vamos ser a primeira unidade da Federação a reconhecer o canabidiol como substância, como remédio para os pacientes com epilepsia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Então, quero registrar a presença do Norberto Fischer. Inclusive, ele e sua família foram protagonistas de um documentário feito pela *Superinteressante* sobre a odisséia que empreitaram. Eu tenho certeza de que é um fruto, uma pequena semente, da qual podem nascer grandes frutos.

Também queria pedir, Sra. Presidente, a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 958, de 2012, que já tramitou nas comissões. Que possamos discuti-lo e votá-lo em primeiro turno, abrindo a discussão para os demais Parlamentares.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, qual é esse último projeto de que V.Exa. falou? (Pausa.)

Projeto de Lei nº 958, de 2012.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a Rede concorda com a votação do projeto de interesse da Defensoria Pública e do projeto relativo ao reconhecimento do canabidiol, a que se referiu há pouco tempo o Deputado Rodrigo Delmasso.

Também lembra o debate de ontem no Colégio de Líderes em que se ajustou que aquilo que passasse na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças entraria na pauta de hoje, até porque, como bem frisou o Deputado Agaciel Maia, nós precisamos trabalhar um planejamento da pauta de maneira a não ficarmos sufocados para o último dia, como V.Exa., Sra. Presidente, tem inclusive pregado, numa atitude pioneira.

Eu conversava com o Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, e dizia que assistia razão a S.Exa.: concordamos em votar hoje o IPVA, que é um debate socializante, e a flexibilização dos fundos.

Em relação à flexibilização dos fundos, eu quero só ressaltar, Sra. Presidente: no que tange ao FAC – Fundo de Apoio à Cultura, nós oficiamos à Secretaria, e esta disse que ele não é um fundo superavitário, no sentido de que está sobrando dinheiro, porque às vezes, gasta-se em um setor e aquele recurso preservado é para pagamento, é para honrar débitos em um outro setor. Então, eu queria ressaltar que, no que tange à prorrogação da flexibilização dos fundos, no momento de se utilizar esse *superavit*, deveria ser feito um estudo concreto sobre aquele recurso que sobra ou não.

Eu gostaria de, inclusive, alertar o Secretário de Fazenda, Pedro, que está presente: que o Secretário, com a boa vontade que tem tido com todos nós, observasse com muito cuidado e com muito rigor esse detalhe.

Era isso o que tínhamos a dizer, Sra. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de pedir o mesmo esforço de V.Exas. para marcarmos um dia nesta Casa para votarmos os vetos ao PDE – Plano Distrital de Educação, sob o risco de, atrasando, trazermos danos irreversíveis às metas estabelecidas.

Eu sei que haverá um dia para votarmos os vetos de Parlamentares, no entanto, os vetos do PDE são muitos e demandarão um tempo maior. Eu gostaria do mesmo esforço desta Casa. Já há um acordo entre a Comissão de Educação e Saúde, o Fórum Distrital e o próprio governo. Então, vamos agendar, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu gostaria de fazer uma proposta quanto ao encaminhamento do Líder do Governo. Peço um minuto de atenção dos Parlamentares que estão no plenário, para ver se V.Exas. concordam.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Só um complemento, se V.Exa. me permitir. Vai entrar na decisão de V.Exa.

Nós da Rede também concordamos com a colocação em pauta do projeto da lavra do Executivo, apensado ao do Deputado Chico Vigilante – para não correremos o risco de passarmos pelo vexame do vício de iniciativa –, sobre a possibilidade da colocação de postos de gasolina em áreas de supermercados e em outras áreas afins. Nós concordamos com a colocação em pauta, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Houve um encaminhamento do Líder do Governo no sentido de que façamos uma reunião na sexta-feira pela manhã. Os Deputados já passariam antecipadamente – de hoje até, no máximo, amanhã – o veto que eles gostariam que fosse derrubado, ao Líder do Governo, Deputado Julio Cesar.

Na sexta-feira pela manhã, faríamos uma reunião para acordar tudo isso com os 24 Deputados ou com os Líderes e, na sexta-feira à tarde, se não tivermos sessão aqui no plenário, poderíamos fazer uma sessão extraordinária só para derrubada de vetos. Manteríamos os vetos que são antigos e derrubaríamos alguns vetos que estão na expectativa de serem apreciados. Neste caso, cada Parlamentar poderia se mobilizar. Tem gente que tem veto ligado à saúde, à educação, ao transporte público, como é o nosso caso. Então, eu acho que temos condição de criar essa força-tarefa até sexta-feira, para o governo verificar o que tem condições de acordar conosco ou não e convocar uma reunião extraordinária na sexta-feira ou na segunda-feira. Esse é o encaminhamento. Eu gostaria de ouvir os Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, gosto do encaminhamento, mas eu gostaria do esforço. Se começarmos a ignorar a derrubada do veto do PDE, eu, Deputado Prof. Reginaldo Veras, vou começar também a obstruir a pauta do Governo na Casa e tentarei convencer outros Parlamentares a fazerem o mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Com certeza. Pergunto aos líderes se o encaminhamento fica para sessão extraordinária na segunda ou na sexta-feira.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Pelo Bloco Força do Trabalho, concordo com V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, V.Exa. não deferiu o meu pedido. Solicito a inclusão extrapauta do Projeto de Lei Complementar nº 44, o Projeto de Lei nº 745 e o Projeto de Lei nº 811, de 2015, da SLU.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero aproveitar a oportunidade para saudar todos os servidores da SLU em nome da instituição e agradecer a todos o carinho com que vocês tratam e cuidam da nossa cidade. Vocês merecem todo o respeito da Câmara Legislativa. O que pudermos fazer para aprovar o projeto de vocês hoje, iremos fazer.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, só uma informação. Ainda não temos *quorum* para aprovação do projeto. Então, estamos deliberando e aguardando pelo acordo de Líderes, mas estamos na perspectiva de ter isso rapidamente.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 782, de 2015, e do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, creio que devemos votar hoje o projeto dos servidores da Defensoria, mas é fundamental que, para isso – esta é a minha posição –, votemos também o Projeto de Lei Complementar nº 44 e o Projeto de Lei nº 745 ainda hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Qual é o PLC nº 44, Deputado? É o que o Deputado Julio Cesar pediu? É o do SLU?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – E o outro?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – É o que trata da flexibilização dos fundos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vou começar minha fala primeiro pedindo escusas ao Deputado Wasny de Roure. Acompanhei há pouco o pronunciamento de S.Exa., e é verdade. Peço escusas. Houve um erro, e nós não conseguimos localizar o PL nº 683, de 2011. Então, corroboramos o pedido de reconstituição.

Quero aqui, Sra. Presidente, fazer algumas colocações. Sigo o que foi falado pelo Deputado Prof. Israel com relação a questão dos servidores. Precisamos aprovar esses projetos. Solicito a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 711, de 2015, e também a atenção e colaboração dos presidentes de comissão. Já falei com o Deputado Agaciel Maia e com a Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. O PL 711 trata de alterações da Lei de Incentivo à Cultura. São alterações que já foram acordadas com o setor produtivo e têm o viés somente de disciplinar; por exemplo, deixar claro a questão do ISS e tratar da questão da glosa em determinados projetos. Então, são ações que já estão prontas e acordadas com a Secretaria de Cultura.

Solicito também, Sra. Presidente, a inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 31, de 2015, aprovada na CCJ, que trata do concurso de remoção dos policiais civis do Distrito Federal, disciplinando a remoção desses policiais de uma delegacia ou de uma unidade para outra.

Sra. Presidente, para deixar bem clara a questão dos fundos, o Deputado Prof. Reginaldo Veras já trouxe as informações aqui. Há, sim, um acordo sendo costurado do setor artístico e cultural com o governo. Esses artistas estarão, se já não estão – é uma pequena comissão –, daqui a pouco, aqui na Câmara Legislativa, com o Fórum Distrital de Cultura e outras representações, para tentarmos construir um acordo. Eles virão à Casa. Durante esta sessão, nós traremos informações sobre a nossa posição, sobre se já é possível tratar a respeito do ponto de vista da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

flexibilização dos fundos, principalmente no tocante ao Fundo de Apoio à Cultura – FAC.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou suspender a sessão por dois minutos após a fala do Deputado Cristiano Araújo, porque acho que é importante os Deputados virem aqui para alinharmos os posicionamentos. Realmente há posicionamentos diferentes de Líderes. Alguns aceitam um projeto, outros não aceitam outro. Vamos dar um encaminhamento aqui para vermos realmente o que podemos votar ou não.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero falar apenas sobre essa questão do encaminhamento do Deputado Agaciel Maia. Nós fizemos ontem uma reunião de Líderes para discutir a pauta. A reunião durou de três a quatro horas. Simplesmente, no final da reunião, quando os Deputados começaram a sair da reunião, começaram a colocar novos projetos, que hoje não foram discutidos. Da mesma forma, projetos que chegam do Executivo agora, de forma açodada. É sempre legítimo fazermos a discussão dos projetos que chegaram, mas acho que tem que haver um critério.

Então, peço a V.Exa. que suspenda a sessão por cinco minutos, para que possamos reunir o Colégio de Líderes e definir a questão dos fundos.

Quero também pedir para não trazer essa prática para o plenário, porque constringe o Colégio de Líderes, não fica legal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Cristiano Araújo, eu quero inclusive alertar que essa excepcionalidade que nós estamos criando aqui no plenário é porque alguns colegas estavam numa reunião com o Governador e combinaram lá outra coisa, diferente do que haviam combinado no Colégio de Líderes. Então, nós vamos só afinar a conversa aqui. Foi por isso que eu pedi cinco minutos para os Deputados sentarem aqui e verem o que foi combinado lá. Nós não vamos passar, de forma nenhuma, por cima do Colégio de Líderes e do nosso acordo. Mas eu queria pedir aos Deputados que participaram da reunião e que são Líderes para subirem aqui, pois vou suspender a sessão por cinco minutos para definirmos isso.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h57min, a sessão é reaberta às 17h11min.)

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)



PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está reaberta a sessão.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2015			
<b>VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM</b>			<b>DATA:</b>	08/12/2015	
<b>LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS</b>					

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PTC	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1	
3	CHICO LEITE	REDE	1	
4	CHICO VIGILANTE	PT	1	
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1	
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1
7	JUAREZÃO	PRTB	1	
8	JULIO CESAR	PRB	1	
9	LILIANE RORIZ	PRTB	1	
10	LIRA	PHS		1
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1	
12	PROF. ISRAEL	PV	1	
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1	
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	1	
16	RICARDO VALE	PT	1	
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1	
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1	
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1	
20	SANDRA FARAJ	SD		1
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1	
22	WASNY DE ROURE	PT	1	
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1	
24	CELINA LEÃO	PDT	1	
RESULTADO			21	3

QUÓRUM	
21	PRESENTES
3	AUSENTES
24	SOMATÓRIO

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO RODRIGO DELMASSO



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Estão presentes 21 Parlamentares, havendo, portanto, *quorum* regimental.

(Pausa.)

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero fazer um agradecimento aos Líderes, porque, mesmo com todas as dificuldades, conseguimos chegar a um acordo para votar o projeto do SLU, os dois projetos da Defensoria Pública e o projeto dos fundos. Então, agradeço a todos os Parlamentares.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 145, vetos constantes da Ordem do Dia, e votar as demais proposições em pauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passamos ao primeiro item de votação.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 811, de 2015, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$18.000.000,00”.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 811...

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Agaciel Maia, há emendas de Parlamentares sobre remanejamento de orçamento nesse projeto. Vou passar ao item que se refere à Defensoria Pública.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputada, gostaria de contar com a compreensão dos nobres Deputados no que diz respeito à apresentação de emendas a este projeto do SLU. A apresentação de emendas vai dificultar e atrasar a redação final, e nós sabemos da urgência que tem esse projeto. Então eu pediria a compreensão dos Parlamentares para que deixassem para apresentar as emendas em outro crédito que temos aí. Ao apresentar emendas a este projeto, vamos dificultar a redação final e atrasar o encaminhamento à sanção



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

do Governador. Por isso eu pedi a compreensão dos nobres colegas para que a gente não apresentasse emendas, mesmo de correção, a este projeto.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, respeito a posição do Relator, mas são detalhes. A gente vai dispensar a redação final, não vai atrasar a votação. É para acomodar os interesses políticos.

(Apupos na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu vou fazer o seguinte encaminhamento: nós vamos votar, já, o projeto em primeiro turno. Mas eu peço às assessorias que já preparem as emendas para a gente colocar no segundo turno.

Então, continua a votação, Deputado Agaciel Maia.

Solicito à assessoria do Deputado que pediu a emenda a esse crédito para, rapidamente, providenciá-la.

Solicito ao Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer sobre o projeto sem as emendas.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	27



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº /2015

**DA COMISSÃO DE ECONOMIA,  
ORÇAMENTO E FINANÇAS - CEOF, sobre o  
Projeto de Lei nº 811, de 2015, que abre  
crédito especial à Lei Orçamentária Anual  
do Distrito Federal no valor de R\$  
18.000.000,00.**

**Autor: Poder Executivo**

**Relator: Deputado AGACIEL MAIA**

**I – RELATÓRIO**

Chega à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF o Projeto de Lei nº 811, de 2015, que abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal – DF, no valor de R\$ 18.000.000,00.

O art. 1º do Projeto de Lei – PL em análise abre crédito especial, nos termos dos arts. 50 e 54 da Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 18.000.000,00, para atender às programações orçamentárias indicadas no anexo II da mensagem nº 291/2015-GAG.

O art. 2º declara que, nos termos do art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, o crédito suplementar pretendido pelo art. 1º é obtido pelo excesso de arrecadação da Taxa de Limpeza Urbana - TLP.

O art. 3º assevera que em função do disposto no art. 2º, a receita do Distrito Federal fica acrescida na forma do Anexo I.

O art. 4º declara que a despesa decorrente do art. 3º será ajustada ao valor da efetiva e correspondente arrecadação, devendo a Unidade Orçamentária - UO proceder, ao final do exercício, à reversão ou cancelamento da diferença empenhada.

Os arts. 5º e 6º tratam, respectivamente, das cláusulas de vigência e de revogação das disposições contrárias.

O PL nº 811, de 2015 abre crédito especial em favor das seguintes Unidades Orçamentárias:

Não foram apresentadas emendas a este projeto.

É o Relatório.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	28



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**II – VOTO DO RELATOR**

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF (art. 64, II, "b"), compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre proposições que versem sobre créditos adicionais.

A alteração orçamentária proposta visa, em favor da SLU, a criação do subtítulo Manutenção das Atividades de Limpeza Público do DF.

No que tange às normas legais que disciplinam os créditos adicionais, a proposição deve observar a Constituição Federal de 1988 – CF/88; a Lei Ordinária federal n.º 4.320/1964; a Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF; a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar n.º 101/2000); o Plano Plurianual (Lei n.º 4.742/2011); a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2015 (Lei Nº 5.389, de 13 de agosto de 2014); e a Lei Orçamentária Anual – LOA/2015 (Lei Nº 5.442, de 30 dezembro de 2014); sendo que tais requisitos foram devidamente atendidos.

Dessa forma, tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece o desenvolvimento da atuação governamental, votamos pela **admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei n.º 811, de 2015**, de autoria do Poder Executivo, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na forma de sua redação original.

Sala das Comissões,

DEPUTADO

*Presidente*

DEPUTADO AGACIEL MAIA

*Relator*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu quero reconhecer aqui que, no final do ano, nós somos sempre surpreendidos. É importante destacar que esse projeto, pelo que me consta, está sendo votado em plenário sem passar pela comissão – já é uma concessão relevante.

Ajudaria muito que o governo encaminhasse os próximos com certa antecedência, porque isso interfere no pagamento dos contratos e, conseqüente, nos salários dos trabalhadores. É muito ruim as pessoas entrarem no mês que é muito importante para as famílias, o mês natalino, com a insegurança de não ver seus salários sendo depositados em tempo hábil de fazerem as compras e tranquilizar as famílias. No entanto, eu quero cumprimentar a direção do SLU – porque nas dificuldades é que se reconhece a determinação e a luta –, a Mesa desta Casa, mas, sobretudo, os trabalhadores que vieram acompanhar essa decisão da Casa, percebendo que, quando, às vezes, nós atrasamos, isso acaba prejudicando os próprios trabalhadores. Portanto, a presença e a pressão deles sobre esta Casa são extremamente importantes.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é apenas para fazer esse reconhecimento público.

O nosso objetivo – e por isso os Líderes foram unânimes na manifestação da votação – é que, naquilo que depender da Casa Legislativa, os trabalhadores não vão ficar sem salário.

É muito importante que todos saibam disso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 811, de 2015, em primeiro turno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que a primeira coisa que o Governo do Distrito Federal tem que fazer é selecionar o tipo de empresa que ele vai contratar. Quem não pode tocar uma empresa vira empregado.

Essa empresa tem capital de giro. Essa empresa não pagou o salário porque não quis. E não pagou o salário, também, pela incompetência da fiscalização do trabalho neste País, porque a empresa está atrasada no pagamento. Existe uma multa que consta de mil reais *per capita*. Portanto, para cada trabalhador com salário atrasado, ela teria que pagar mil reais. E não paga.

Aí pegam os trabalhadores, que passam uma dificuldade terrível – muitos estão passando fome, porque o salário é de fome –, e trazem aqui para fazerem uma pressão que o governo é que teria que ter feito, em cima da empresa para que pagasse o salário dos trabalhadores.

Quero falar, também, da incompetência da gestão do SLU. Deputada Telma Rufino, como é que eu sei que tenho uma dívida, sei que tenho que pagá-la e seguro para mandar o crédito depois que já venceu a dívida? Isso não é sério.

Imaginem o sufoco que esses trabalhadores e essas trabalhadoras já passaram: chegar lá na mercearia em que compram, e o proprietário dizer que não vende mais; o dono do barraco dizer: “Procura outro barraco, porque eu não vou alugar mais para você porque você não paga”. É importante dizer que caloteiras são as empresas, não são esses trabalhadores.

Portanto, eu espero, Deputada Liliane Roriz, que esse governo se acerte.

Essas empresas têm trabalhadores honestos, trabalhadores honrados, mas o comportamento desses empresários é podre. Eles não podem continuar tratando esses trabalhadores desse jeito. Aqui há gente, há seres humanos. Não são mercadoria. São homens e mulheres que a única coisa que querem é receber seu pequeno salário em dia para dar comida para os filhos.

Portanto, eu vou votar a favor, mas espero que hoje o governo dê uma prensa nesses – aqui não dá para chamar do que eu deveria chamá-los – para que eles paguem o salário em dia.

Obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Continua em discussão o Projeto de Lei nº 811, de 2015, em primeiro turno.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 1º, *caput*, da Lei Complementar nº 894, de 2 de março de 2015, que dispõe sobre a movimentação dos recursos dos fundos especiais na conta única do Tesouro do Distrito Federal e dá outras providências”.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu solicito que possamos votar outro item, pois o Deputado Cláudio Abrantes está providenciando uma emenda à matéria e conseqüentemente ele não chegaria a tempo. É possível?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esse é qual, Deputado Wasny de Roure?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – O que o Deputado Raimundo Ribeiro leu, o Projeto de Lei Complementar nº 44, que trata dos fundos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado Wasny de Roure. Acato o pedido de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, como eu falei há pouco, uma comissão de artistas que aqui está representando o fórum de cultura esteve aqui na Casa há alguns instantes.

Eu e o Deputado Prof. Reginaldo Veras estivemos lá, levamos a proposta do governo que, num primeiro momento, foi tida como interessante por eles. Todavia, como eram apenas quatro representantes, eles entenderam que não poderiam responder por todo o setor cultural do Distrito Federal. Haverá uma reunião na Funarte, às 18h30min.

Eu tenho a notícia de que o Deputado Prof. Reginaldo Veras já pediu para que esse projeto seja o último a ser votado. E, no nosso entendimento, na posição do nosso mandato, vamos preparar uma emenda que, caso essa decisão dos artistas não chegue a tempo, vamos apresentar uma emenda excetuando o FAC dos fundos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

A gente quer construir um consenso para que sejam também utilizados os recursos do FAC, mas precisamos do aval dos artistas.

Então, portanto, se houver a necessidade de votar antes da decisão do setor cultural, já estou adiantando que vou apresentar uma emenda que excetue o FAC.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado Cláudio Abrantes.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero chamar a atenção desta Casa, especialmente do Líder do Governo e dos assessores, secretários, do Igor e dos demais que tratam aqui do encaminhamento dos projetos.

O Secretário da Fazenda é uma pessoa pela qual tenho o maior carinho, o doutor Pedro Menegucci. Entretanto, Deputado Julio Cesar, não entendo como é que o governo... E o governo precisa se entender, precisa que a base dele se entenda.

Eu, o Deputado Bispo Renato Andrade e o Deputado Wellington Luiz seguramos até há pouco, dizendo que não estávamos dispostos a votar esse projeto. O governo disse que a base dele estava pacificada, não é Deputado Bispo Renato Andrade? Não é Deputado Wellington Luiz? Estava pacificada. E agora estamos vendo que não está. Mas nós demos a palavra que votaríamos, que deixaríamos...

Agora, Deputado Julio Cesar, não entendo como o governo quer flexibilizar os fundos e, hoje, o governo mandou a esta Casa, está aqui na minha mão, acabou de ser lido, um projeto que tira 40 milhões limpinhos da Secretaria da Fazenda para o novo fundo. Quer dizer, o dinheiro está lá, limpo, pronto para ser gasto do jeito que o governo quiser, entretanto, o governo manda o projeto, Deputado Chico Leite, com 40 milhões. É um fundo agora – o fundo da fazenda – com 40 milhões.

V.Exa. viu que, quando fomos discutir aquele negócio da cobrança dos impostos, eles estavam falando que era para liberar, para diminuir, Deputado Chico Leite, as ações judiciais. Disseram que era para liberar ações judiciais. Aí, o governo, o pessoal dele voltou lá, se entendeu – a procuradoria do GDF e os auditores da fazenda. Chegaram a um entendimento em que estão criando uma taxa. E criam esse fundo da fazenda de 40 milhões em que metade vai para a procuradoria e metade para os auditores da fazenda.

E o povo? E o pagador de imposto fica onde nessa? Eu, que pago imposto, onde eu fico nessa? O mais grave é que 80% desse dinheiro é para pagar honorários de procuradores, Deputado Chico Leite, que já recebem salário. Eu sei, por exemplo, V.Exa. que é promotor de Justiça, que não há notícia de que promotor receba dinheiro a mais. Eles têm honorários advocatícios! Além do salário, que não é ruim, ainda têm honorário advocatício, e não há controle nenhum de quanto é que eles vão ganhar. E o governo cria um fundo para isso. Aí, vem pedir aqui para flexibilizarmos as coisas porque não tem dinheiro. Vou votar porque já dei a palavra,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

mas acho isso aqui realmente uma temeridade, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputada Liliane Roriz. Eu acho isso uma temeridade!

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Chico Vigilante, eu não quero te interromper, mas é que o pessoal de defensoria está aguardando muito ansioso. Se V.Exa. pudesse concluir a sua fala.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, estou no meu tempo de falar.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não. O senhor já falou nos Comunicados de Líderes e no de Parlamentares.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu estou no meu tempo de falar. Estou aqui para votar. Se a gente não estiver aqui, não há *quorum*. Toda vez que eu sentir necessidade de debater um projeto, vou debater, e estou debatendo esse porque acho uma estupidez o que o Governo do Distrito Federal fez. Não é, Deputado Wasny de Roure? É uma estupidez!

Está flexibilizando um fundo e criando outro! Pegando 40 milhões que estão limpinhos. Pode aplicar na educação, na saúde, tapar os buracos, cortar o mato, fazer o que quiser, e pega agora para criar outro fundo. E vem pedir flexibilização desse. A verdade é que Brasília já tem fundo demais.

O Fundo de Defesa do Consumidor tem 35 milhões em caixa. Deputado Wellington Luiz, não gastaram um centavo até hoje. Hoje, eu vi o presidente do Procon, acho que na *TV Globo*, dizendo que agora resolveram gastar o dinheiro. Eu quero ver como é que eles vão gastar 35 milhões até o fim do ano. Ensinem uma mágica para mim! Como é que vai ser esse dinheiro? Se for bem aplicado, se realmente for para fazer campanha em defesa do consumidor...

Portanto, acho que o Governador Rodrigo Rollemberg nem sabe desse projeto. Vou encaminhar para ele, para que mande retirar aqui desta Casa, porque isso não cabe neste momento.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Estamos em votação em primeiro turno.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu solicito a retirada do item nº 160, de minha autoria: Moção nº 281, de 2015. Peço o deferimento.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 1º, *caput*, da Lei Complementar nº 894, de 2 de março de 2015, que dispõe sobre a movimentação dos recursos dos fundos especiais na conta única do Tesouro do Distrito Federal e dá outras providências”.

Tramitação concluída. Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2015.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para discutir.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, temos de abordar alguns aspectos em relação a esse projeto do fundo, principalmente no que se refere à questão da cultura. No início do ano, a fim de ajudar o governo a fazer o pagamento daquela questão toda, nós votamos a favor, mesmo contrariando posturas históricas nossas em defesa da educação e da cultura. Entendíamos que, naquele momento, era absolutamente necessário, fruto das complicações financeiras por parte do governo.

Mas, quando votamos aquilo em fevereiro, em nenhum momento disse o governo que iria pedir renovação, de tal maneira que o movimento cultural, chateadíssimo e com razão, procurou-nos e eu fechei com eles um acordo de que não iria mais aceitar movimentação do Fundo de Cultura. Tanto que, a partir de uma discussão com o Fórum Distrital de Cultura, nós elaboramos a PELO nº 13, que proíbe o contingenciamento e o remanejamento de recursos do FAC.

O Governador nos procurou novamente ontem, pedindo apoio – meu e do Deputado Cláudio Abrantes, que somos opositores ao remanejamento de verbas do FAC – e solicitando que pensássemos a questão com carinho. V.Exa. estava presente.

Eu disse: “Governador, eu honro meus compromissos, tenho compromisso com o pessoal da cultura.” Orientei o Governador a que procurasse o movimento cultural, com quem ele tem ótima relação, para tentar negociar. O Governador fez isso, existe um acordo prévio entre o S.Exa. e o movimento cultural, o que me deixa mais tranquilo para votar.

Sra. Presidente, vou votar, sim, a favor do Projeto de Lei Complementar nº 44, contrariado, porque ele poderia ficar para outro dia. Embora contrariado, vou votar a favor. Desde já aviso que quero fazer a declaração de voto explícita e detalhada para relatar aqui o acordo que foi feito com o Governador – eu, o Deputado Cláudio Abrantes e o movimento cultural –, para que fique registrada nas notas taquigráficas e para que depois não sejamos cobrados como aquele que não honra seus compromissos. Então, virei a esta tribuna de volta para fazer a declaração de voto.

Obrigado, Sra. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso, e depois aos Deputados Cláudio Abrantes, Wasny de Roure e Agaciel Maia.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui deixar minha declaração referente ao Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2015.

No início deste ano, nós aprovamos o remanejamento financeiro dos fundos, com o argumento de que o governo precisaria desse recurso para pagar o salário dos servidores. Hoje, numa reunião no gabinete do Governador, ele próprio disse que precisa desse recurso para fazer o pagamento dos servidores em janeiro de 2016.

Quero dizer que, a princípio, eu era contrário a esse projeto, porque acredito que os fundos, quando foram criados, tinham um objetivo específico, Deputado Wasny de Roure. Se aquele objetivo específico não é cumprido, é por incompetência do gestor.

Aqui eu quero citar – quando fui Secretário de Trabalho – o fundo de geração de emprego e renda. Até a data, antes de assumir a Secretaria de Trabalho, o fundo tinha uma execução em torno de 18% a 20%. Quando deixei a Secretaria de Trabalho, a execução do fundo estava em torno de 78%. Inclusive, Deputado Wasny de Roure, nós conseguimos, em 2008, executar 100% do fundo e, em 2009, nós dobramos o orçamento do fundo por termos conseguido executar aquilo que estava previsto.

Não dá para aceitar a justificativa de que os fundos ficam lá parados por falta de projetos e que por isso o dinheiro não é utilizado. Se o dinheiro não é utilizado, desculpem-me, é por incompetência do gestor ou por medo de quem senta na cadeira. Quem senta na cadeira de secretário de estado não pode ter medo e tem que fazer tudo dentro da legalidade.

A princípio eu era contra, mas, tendo em vista a crise financeira que mais uma vez assola o Distrito Federal... Espero que no ano que vem a gente saia dessa crise, pare de olhar para ela e discuta o desenvolvimento do Distrito Federal. Estou contrariado. Aqui eu quero um compromisso para que esse seja o último projeto que o governo encaminha para remanejar os fundos. Que 2016, Deputado Cláudio Abrantes, seja a data final. É importante colocar isto no projeto: 2016 sendo a última data.

Eu já declaro meu voto aqui: em 2017 meu voto será contra mexer no recurso dos fundos. Que os secretários peguem a atividade finalística de cada fundo e coloquem os projetos para andar, porque os projetos, quando andam, movimentam a economia. Movimentar a economia, com certeza, é uma das saídas da crise.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu conversei com o Deputado Cláudio Abrantes e já estamos em condições de votar o PLC nº 44, em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Nós já estamos na discussão desse projeto.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Perdoe-me. Aproveito a oportunidade para fazer um agradecimento ao Secretário de Obras do Distrito Federal, Julio Peres. Há uma semana, eu trouxe a esta Casa uma situação em relação ao *kitesurf* na Península dos Ministros. Na ocasião, a gente veio tentando resolver o problema junto à Presidente do Ibram, mas infelizmente ela não teve capacidade de resolvê-lo. O Governador delegou que esse problema fosse resolvido pelo Secretário Julio Peres.

Aqui eu quero registrar que, no mesmo momento que o Julio Peres tomou ciência da situação, mandou uma equipe lá hoje, já abriu os portões e o pessoal do *kitesurf* vai começar a utilizar. Coisa que infelizmente a Sra. Jane, Presidente do Ibram, não teve capacidade de resolver. Nós estamos muito mal assessorados em relação ao Ibram. Eu quero deixar muito claro que foi resolvido o problema graças ao Secretário de Obras, Julio Peres, e não à Presidente do Ibram, Sra. Jane, que infelizmente não está demonstrando para que veio.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2015.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, e depois ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, somente para corroborar o que foi dito pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras e pelo Deputado Rodrigo Delmasso. Acabei de citar que há pouco recebemos uma comissão de representantes do setor cultural, Deputado Agaciel Maia. Eles acharam interessante a proposta do governo, mas pediram um prazo, porque quatro pessoas não podem responder por todo o setor cultural do Distrito Federal.

O Deputado Julio Cesar, Líder do Governo, disse que o projeto vem para votação. Quero deixar claro o nosso acordo, para sermos bem transparentes. Nós vamos fazer uma emenda de plenário em segundo turno, caso não seja firmado o acordo com os artistas. É essa nossa posição.

Vamos votar em primeiro turno, e já adianto minha posição de abstenção. Eu, pessoalmente, só posso votar esse projeto se houver a concordância do setor cultural, e esta só virá às 19h – esperamos que antes da votação em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Srs. Deputados, eu acho que, às vezes, temos que fazer um jogo muito claro e sincero. É melhor acabar com o fundo. É mais honesto com o segmento, é mais transparente.

Ainda que eu acredite que o Governador tenha tido a melhor das intenções ao debater com o segmento – acho que isso, pelo menos, é um procedimento que se diferencia no encaminhamento da matéria –, eu quero aqui me deplorar. Inclusive, manifestei meu voto contrário, Deputado Raimundo Ribeiro, na minha comissão, ao projeto de lei complementar, não porque ele não tenha ocorrido em anos anteriores – não foi só no período Rollemberg; no Governo Agnelo, houve um ano em que foi feito.

Eu creio que precisamos ser mais transparentes e objetivos. Conversei com o Secretário Pedro. Eu quero até aproveitar para cumprimentar a habilidade, a gentileza dele. É absolutamente relevante o que ele disse. O governo, ainda que tenha utilizado parte significativa dos fundos, já passou para o Fundo de Apoio à Cultura 50 milhões de reais. Aí, eu não sei se é só para o FAC – Fundo de Apoio à Cultura – ou incluem aqueles compromissos não cumpridos na gestão anterior, mas é um montante relativamente próximo ao que se previa para o fundo, que era na ordem de cinquenta e um milhões e qualquer coisa.

Contudo, neste momento, o que nós temos é a transição de um ano para o outro, e o governo, é claro, tem uma folha de pagamento pesada para o início do ano. Parece-me que o saldo desse fundo se aproxima de 80 milhões de reais. O que me assusta, Deputado Raimundo Ribeiro, é que essas informações são colocadas de maneira absolutamente precária; e a votação do projeto, de maneira bastante açodada.

Eu entendo que há um quadro político; que nós que votamos essa matéria no início do ano precisamos, no mínimo, falar para esse segmento em que condições estamos votando esse projeto, o porquê disso e quais compromissos estão firmados. Eu não tenho condições de votar esse projeto em sã consciência, porque tenho a clareza de que seria uma violação àqueles que, até há poucos minutos, estavam discutindo com os Deputados e esperando uma negociação.

Havia, inclusive, entendimento de que se fizesse o que o Deputado Prof. Reginaldo Veras propôs: uma PELO – Proposta de Emenda à Lei Orgânica – para que, a partir de 2017, não houvesse remanejamento do fundo. Contudo, não se vota a PELO e vota-se o projeto – e nem uma emenda no projeto colocaram. Ora, eu acho que isso é brincadeira, além de se votar de maneira açodada.

Eu quero ajudar, mas quero ajudar com transparência, com tranquilidade. Atitudes açodadas só nos levam a cometer erros. Por isso, nesses termos e dessa forma, meu voto é contrário.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero fazer uma sugestão – viu, Deputado Julio Cesar, Líder do Governo? Que deixemos para amanhã a votação do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2015, que trata da flexibilização dos fundos, até mesmo para que o pessoal da área de cultura, segundo o próprio Governador – eu estive conversando com ele e há acordo –, possa fazer a reunião e discutir.

Então, que votemos agora o projeto de lei de interesse da Defensoria e deixemos para amanhã o Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2015. Que se vote hoje o projeto de lei da Defensoria. Ok?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	39



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 44/2015	DATA: 08/12/2015
AUTORIA: ( X ) PODER EXECUTIVO ( ) DEPUTADO	
TURNOS: 1ª ( X ) 2ª ( )	RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT			1			
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE			1			
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JUAREZÃO	PRTB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB				1		
16	RICARDO VALE	PT		1				
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
18	RODRIGO DELMASSO	PTN			1			
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			13	4	4	3	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
13	VOTOS SIM
4	VOTOS NÃO
4	ABSTENÇÕES
3	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
21	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO JULIO CESAR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis, 4 votos contrários e 4 abstenções. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, poderíamos botar em votação agora os projetos dos Deputados, em especial, o Projeto de Lei nº 41, de 2015. Todo o Brasil está esperando a votação desse projeto.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 27, de 2015, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “altera a Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, e dá outras providências”.

Tramitação concluída. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça na forma de Emendas da Relator nºs 4 e 5. Foram apresentadas duas emendas de Plenário. A Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverão se manifestar sobre as emendas da Comissão de Constituição e Justiça e sobre as de Plenário.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas da Comissão de Constituição e Justiça e de Plenário.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais às emendas de Plenário, Emenda Aditiva nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 27, de 2015, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “altera a Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, e dá outras providências”.

Sra. Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, nós somos pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 6 e 7 e das Emendas nºs 4 e 5, da Comissão de Constituição e Justiça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Somos pela admissibilidade.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas da Comissão de Constituição e Justiça e as emendas de Plenário.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Pare emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se de parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei Complementar nº 27, de 2015, que “altera a Lei Complementar nº 828, de 26 de junho de 2010”.

A análise da Comissão é sobre as Emendas Modificativas nº 4 e 5, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça, e sobre as Emendas nºs 6 e 7, apresentadas em plenário.

Tendo em vista que, nos termos do art. 64, II, b, cabe à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças a competência para dar parecer sobre esta matéria e estando a matéria devidamente instruída de acordo com o ordenamento orçamentário e jurídico, somos de parecer favorável à admissibilidade das respectivas emendas citadas, bem como à sua aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito a Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer sobre as Emendas. (Pausa.) A Deputada Sandra Faraj não se encontra.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só fazer uma consulta a todos os Líderes. Aqui na Pauta da Ordem do Dia, há um projeto de lei que nós já votamos em primeiro turno e que não foi votado em segundo turno. É o Projeto de Lei nº 744, de 2015. Eu gostaria de que ele fosse submetido a acordo para ser votado em segundo turno. Na verdade, deixamos de votar na semana passada. É o projeto dos cartórios.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Da minha parte, há acordo, Deputado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na verdade, nós temos aqui duas subemendas de caráter puramente redacional, de correção de redação.

À luz da legislação em confronto com aquilo que é necessário para satisfazer as exigências legais da Comissão de Constituição e Justiça, não se vislumbra qualquer óbice de natureza legal, razão pela qual somos pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, com relação ao pedido do Deputado Julio Cesar, estou de acordo. Podemos votar esse projeto dos cartórios. Já deveríamos ter votado há muito tempo.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, essa votação é do projeto dos cartórios em segundo turno?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não, nós ainda não estamos votando o projeto dos cartórios, nós estamos votando o projeto da Defensoria Pública. Houve, no meio da votação, uma solicitação do Deputado Julio Cesar pedindo a inclusão. Como houve acordo de Líderes, eu acatei.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sou a favor de que se deixe para o próximo ano a votação em segundo turno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, surgiu uma dúvida a respeito da minha votação do Projeto de Lei Complementar nº 44. Eu votei “sim”. Alguns colegas me perguntaram se eu tinha votado “não”. Posso até, com o barulho, ter me equivocado. Eu peço a retificação para voto “sim”.

Sra. Presidente, os Líderes estão de acordo. Já que houve a votação em primeiro turno, e isso é irreversível, que votemos em segundo turno o projeto dos cartórios.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Lira, o que acontece? Quando há acordo da maioria dos Líderes e já foi votado em primeiro turno, eu tenho que acatar o acordo do Colégio de Líderes, que é soberano, e votar em segundo turno.

Eu peço a V.Exa., se tiver alguma questão para sensibilizar os colegas, que converse com eles. Enquanto isso, nós votaremos outros. Eu acho melhor V.Exa. falar com os Líderes. Ele não vai ser votado agora, deve ser o segundo ou terceiro. Nós estamos votando o projeto da Defensoria. Enquanto isso, V.Exa. vai tentando construir algo.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 27, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

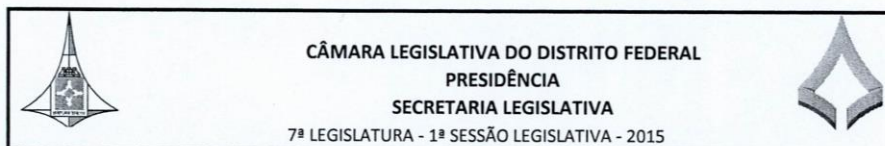
Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	44



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 27/2015 DATA: 08/12/2015  
 AUTORIA: ( ) PODER EXECUTIVO ( X ) DEFESNSORIA  
 TURNO: 1º ( X ) 2º ( ) RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	1					
7	JUAREZÃO	PRTB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PRTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					1
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					1
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	1					1
16	RICARDO VALE	PT	1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	1					
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					1
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					1
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PDT	1					
RESULTADO			23	0	0	1	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
23	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
1	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
23	QUÓRUM VOTANTE

  
 SECRETÁRIO DA SESSÃO  
 DEPUTADO JULIO CESAR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 23 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Solicitaram declaração de voto o Deputado Prof. Israel, o Deputado Raimundo Ribeiro, o Deputado Roosevelt Vilela e o Deputado Wasny de Roure. Solicito que sejam breves, pois estamos na votação em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel, para declaração de voto.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou muito orgulhoso em aprovar esse projeto. Ele é uma luta da Defensoria, que é a parte da Justiça que cabe aos pobres e necessitados. A Justiça elitista só será combatida se fortalecermos os órgãos que atuam com a população mais humilde. E não podemos esquecer do papel do Dr. Ricardo Batista Sousa, nosso Defensor Público-Geral, que lutou tanto por essa causa. Fica aqui meu abraço a ele. Essa vitória também é dele.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro, para declaração de voto.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu não poderia deixar de enaltecer, neste momento, a Câmara Legislativa por aprovar um projeto que talvez, de alguns Parlamentares, não receba a importância devida. Mas quem conhece o trabalho da Defensoria Pública e dos órgãos que assistem os que mais precisam de assistência sabe que esse projeto é fundamental para o funcionamento da Defensoria.

Parabenizo todos os servidores da Defensoria Pública, porque a aprovação desse projeto é resultado também da mobilização deles. Também quero lembrar o trabalho enorme que foi feito pelo Defensor Público-Geral, Dr. Ricardo Batista, com quem tive o privilégio de trabalhar quando fui Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – ele foi meu Subsecretário de Medidas Socioeducativas.

A Defensoria Pública está de parabéns! Ainda é pouco o que se faz, porque, de todas as advocacias, a mais nobre, Deputada Telma Rufino, é a da Defensoria, que advoga para quem precisa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela, para declaração de voto.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de parabenizar todos os servidores da Defensoria, que são atingidos pela aprovação da lei. Meus parabéns! Eu não poderia deixar de parabenizar também o nosso Defensor Público-Geral, Dr. Ricardo, pela sensibilidade de cuidar dos servidores em sua totalidade. Declaro meu apoio e dou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

meus parabéns ao Defensor Público-Geral e a todos os servidores da Defensoria Pública.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure, para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, defensores presentes, servidores, esta tarde é um momento singular para todos nós. O projeto de lei, na realidade, ainda não é o da carreira, em que vai ser reestruturado o servidor. É importante destacar isso.

O que estamos votando é o robustecimento, ou seja, o engrandecimento de uma instituição, como disse o Deputado Prof. Israel, de fortalecimento de uma sociedade que necessita dos serviços públicos e gratuitos promovidos pela Defensoria Pública.

Quero destacar aqui as duas emendas apresentadas pela Deputada Telma Rufino, Deputada Celina Leão, que dizem respeito ao fortalecimento da Unidade da Mulher e da Unidade da Defesa de Moradia. Creio que são assuntos que não têm a mesma magnitude da demanda da previdência, das questões da saúde, da questão civil, mas que têm toda uma particularidade e dinâmica, além de amplitude.

Encerro a minha declaração de voto defendendo aqui... Espero que os colegas que representam o Governo do Distrito Federal neste plenário... O Governador Rollemberg convocou apenas dois novos defensores públicos. Isso é absolutamente insuficiente. Precisamos ter a grandeza de fazer a defesa da população de maneira concreta. É necessário convocar os novos defensores públicos até para viabilizar essa reestruturação que hoje acabamos de votar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 765, de 2015, de autoria da Defensoria Pública, que “estrutura o quadro de pessoal próprio da Defensoria Pública do Distrito Federal”.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 765, de 2015, de autoria da Defensoria Pública, que “estrutura o quadro de pessoal próprio da Defensoria Pública do Distrito Federal”.

Entendemos que a matéria sob exame encontra amparo na Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 86, de 2015, que deixa claro como sendo competência privativa da Defensoria Pública do Distrito Federal dispor sobre a sua



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

organização, funcionamento e criação, transformação ou extinção de seus cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos ou subsídios.

Com relação ao mérito, não temos dúvida de que a matéria em comento se insere entre aquelas que têm por fim contribuir para a organização administrativa e funcional de uma instituição com relevantes serviços prestados à sociedade do Distrito Federal, especialmente às camadas mais pobres da população, qual seja a Defensoria Pública do Distrito Federal, que, na verdade, é uma grande promotora de justiça social, por atuar no sentido de assegurar proteção jurídica aos mais necessitados.

A proposta em tela busca garantir à Defensoria Pública um quadro de pessoal próprio, com o qual ela não conta atualmente, sendo a maioria dos seus servidores oriundos de outros órgãos do Governo do Distrito Federal.

Por isso, há necessidade urgente de aprovação da proposta em análise, com o fim também de fazer frente à demanda crescente dos serviços prestados pela Defensoria Pública do Distrito Federal.

Diante do exposto, nos manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 765, de 2015, no âmbito desta Comissão, na forma da Emenda Modificativa nº 1, apresentada pelo nobre Deputado Wellington Luiz, ao Projeto de Lei nº 765, de 2015.

Sra. Presidente, é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 765, de 2015, de autoria da Defensoria Pública, que “estrutura o quadro de pessoal próprio da Defensoria Pública do Distrito Federal”.

Sra. Presidente, foi apresentada uma emenda modificativa, de autoria do Deputado Wellington Luiz.

Sra. Presidente, examinando o aspecto do ordenamento jurídico e orçamentário, e estando o referido Projeto de Lei nº 765, de acordo com o art. 64,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

inciso II, b, do nosso Regimento Interno, sou de parecer favorável à admissibilidade e aprovação do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Deputado Agaciel Maia, ficou faltando o parecer sobre a emenda.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia para retificar o parecer acrescentando a análise da emenda.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador) – Sra. Presidente, apenas retificando, eu acrescento aqui a Emenda Modificativa nº 1, que foi apresentada pela Deputada Luzia de Paula.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A assessoria dos Parlamentares deve encaminhar ao Líder do Governo, no máximo até amanhã, o projeto cujo veto quer derrubar. A pauta para a derrubada dos vetos ficou acordada para uma reunião às 14h, e nós iremos começar a sessão no plenário às 15h.

Então, nós teremos uma sessão extraordinária na segunda-feira somente para a pauta de derrubada dos vetos e a indicação de projetos de Deputados. Alguns Deputados inclusive me sugeriram que nós fizéssemos a reunião pela manhã, porque alguns grupos gostariam de vir acompanhar a derrubada de vetos. Então, se vocês concordarem, a reunião poderá ser às 10h da manhã, para ficar tudo definido, e às 15h nós votaremos no plenário.

Deputado Julio Cesar, a assessoria dos Parlamentares está sugerindo que segunda-feira é melhor. Pedimos que V.Exas. mandem as informações até amanhã ao Líder do Governo para que ele tenha tempo hábil.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia para retificar o parecer acrescentando a análise da emenda.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na realidade, eu vou ratificar o que eu já disse. Eu dei um parecer sobre o projeto, incluindo o parecer da Deputada Luzia de Paula e as demais informações que constam do processo que compõem o Projeto de Lei nº 765, de 2015, também da Emenda Modificativa nº 1, de 2015, apresentada pelo Deputado Wellington Luiz.

Então, eu já havia feito. Agora eu estou ratificando o parecer favorável à sua admissibilidade e aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 765, de 2015, de autoria da Defensoria Pública, que “estrutura o quadro de pessoal próprio da Defensoria Pública do Distrito Federal”. O projeto recebeu a Emenda Modificativa nº 1, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz.

Cotejando o conteúdo do projeto com a legislação que se aplica ao caso, não se vislumbram quaisquer óbices que possam fazer com que o projeto não tenha prosseguimento, razão pela qual a CCJ é favorável à sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de cumprimentar os colegas relatores, sobretudo o Deputado Agaciel Maia, o Deputado Raimundo Ribeiro e a Deputada Luzia de Paula, porque é verdade que esse projeto não transitou em todas as comissões, mas eu quero também cumprimentar a associação dos servidores que se empenhou para que chegasse este momento, esta realidade.

É extremamente importante a valorização dos servidores que têm um papel complementar ao dos defensores públicos. Portanto uma grande vitória não poderia deixar de levar em conta os servidores. Parabéns, Presidenta, pelo encaminhamento da matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro eu quero parabenizar este Parlamento que teve a sensibilidade em relação a esse projeto de lei da Defensoria Pública. Mais uma vez, um projeto vai valorizar esse órgão tão importante para a sociedade. Quero antecipar o meu voto: vou votar favoravelmente, sim, com certeza, em defesa dos servidores públicos e dos servidores da Defensoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu também gostaria de parabenizar o pessoal da associação dos servidores que marcou cerrado em cima da gente. Na audiência pública, com muita gente, foi muito tensa a reunião, mas, mesmo assim, eles estavam lá pedindo à Celina, a mim e aos demais Deputados que estavam lá. Parabéns para vocês. Eu até fiz um comentário baseado em Lc 18, de uma mulher insistente, vocês são insistentes, por isso está sendo votado hoje. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede. Para declarar voto. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu quero manifestar o meu voto “sim” e parabenizar os servidores, a associação e o seu Presidente Michael. Quero também registrar que, se estivesse aqui presente o Dr. Ricardo, que não pôde estar neste momento da aprovação desses dois projetos, com certeza, ele estaria também na mesma alegria que todos aqueles que aqui estão.

Quero dizer à Defensoria que eu sei – como moradora de uma das maiores cidades, que convive com a maior desigualdade socioeconômica – da necessidade e da importância do trabalho de vocês, sei da importância da Defensoria e tenho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

testemunho de que vocês são salvadores de vidas, porque, sem a contribuição de vocês, muita gente, principalmente aqueles que mais precisam, acabariam em óbito.

Então, quero aqui manifestar a minha satisfação de poder ter sido relatora dessas duas matérias e de estar fazendo parte dessa história.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputada Luzia de Paula.

Ainda estamos em votação e temos o compromisso dos Deputados de votarmos isso em segundo turno ainda hoje. Mas eu quero fazer dois agradecimentos muito especiais. Primeiro, ao Dr. Ricardo, que teve a sensibilidade de não mandar somente o projeto dos defensores, mas mandar o da estrutura também. Isso mostra que a Defensoria Pública é um órgão que está unido. Os dois projetos chegaram aqui e também estão sendo votados juntos, pela sensibilidade dos presidentes das comissões. Eu quero agradecer de forma especial ao Michael, que está sempre aqui conosco, à Laisa e ao Ramires.

É uma grande honra ter a Defensoria dentro da Casa conosco, funcionando aqui, porque – como sempre dizem o Deputado Raimundo Ribeiro e o Deputado Bispo Renato Andrade, que são advogados, bem como o Deputado Chico Leite, que é promotor –, da advocacia, temos certeza de que uma das áreas mais nobres é a Defensoria, porque cuida de quem mais precisa.

Esta Casa, ao estar alinhada com vocês, cumpre a grande vocação dela, que é cuidar de quem precisa.

Então quero agradecer do fundo do coração por participar desse crescimento da Defensoria Pública, dessa grande ampliação, dessa primeira reestruturação de vocês. A gente sabe que isso não causa nenhum gasto público, mas dá uma condição de trabalho ampliada e melhorada para quem busca a Defensoria Pública.

Então, contem conosco. Eu agradeço.

Vamos continuar na pauta de votação.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade)

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Apenas quero me somar ao que a Deputada Celina Leão falou e dizer que a Defensoria vai aos lugares aonde o Poder Público não vai. Então, vocês estão de parabéns. Vocês fazem um papel importantíssimo no Distrito Federal. Vocês diminuem todo o sofrimento que o povo de Brasília vive.

Muito obrigado a todos vocês e muito sucesso!

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar no plenário desta Casa o meu repúdio a essa declaração do candidato do Partido Republicano à presidência da República dos Estados Unidos, a favor de impedir a entrada no país daqueles que declaram a fé muçumana.

É um absurdo um país que tem uma história identificada com a democracia aceitar esse tipo de declaração do pré-candidato mais bem avaliado, hoje, dentro do Partido Republicano. É inaceitável. Eu sei que nossa Casa cuida de matérias de natureza local, mas nós não podemos nos mostrar indiferentes. Não sou muçumano, sou cristão, mas entendo que isso é algo inadmissível para nós, como cidadãos.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero ratificar as palavras do Deputado Wasny de Roure e dizer que, apesar de a nossa atuação ser local, essa realidade não está tão distante de nós, haja vista que há na Câmara Federal deputados de inteligência limitada que fizeram declarações semelhantes, quando a Presidenta Dilma abriu as fronteiras para a entrada de refugiados sírios. Fica o registro.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de parabenizar os servidores da Defensoria e dizer que estou muito feliz por ter ajudado a aprovar esse projeto. Mas quero lembrá-los de que a Defensoria não é composta apenas por defensores. Os servidores da também são muito importantes, tanto quanto os defensores.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Deputada Celina Leão ausentou-se por um momento e, enquanto isso, nós vamos votar os projetos dos Deputados que estão na pauta.

Como o primeiro item de pauta é de minha autoria, eu vou passar a Presidência ao Deputado Prof. Israel.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Item nº 146:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 679, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e outros, que “dispõe sobre a comercialização de alimentos em *food truck* no Distrito Federal, e dá outras providências”.

O projeto foi aprovado em primeiro turno. Foram apresentados dois destaques, às Emendas nºs 20 e 21, de autoria do Deputado Julio Cesar. Apresentadas duas emendas de plenário.

Em discussão as emendas destacadas nºs 20 e 21. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as emendas queiram manifestar-se; os que forem contrários permaneçam como estão. (Pausa.)

A emendas estão rejeitadas com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, designo o Deputado Rodrigo Delmasso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Solicito ao Relator, Deputado Rodrigo Delmasso, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as emendas de plenário.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 679, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e outros, que “dispõe sobre a comercialização de alimentos em *food truck* no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Esta comissão foi instada a relatar as emendas apresentadas em plenário com base no art. 69-B, *j*, do Regimento Interno desta Casa. Trata-se das Emendas nºs 23 e 24.

A Emenda nº 23, de autoria de vários Deputados, diz o seguinte:

“Dá-se a seguinte redação ao inciso I do art. 14:

I – comercializar bebidas alcoólicas no perímetro da segurança escolar;”.

A Emenda nº 24 diz:

“Dá-se a seguinte redação ao § 2º do art. 6º:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

§ 2º Excetua-se do disposto no inciso IV o funcionamento do *food truck* em horário diferente do comércio estabelecido ou quando houver acordo entre as partes”.

Tendo em vista que as referidas emendas podem atrapalhar o bom funcionamento do projeto e podem prejudicar a sua finalidade, esta comissão encaminha pela rejeição das Emendas nºs 23 e 24, apresentadas no plenário.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui procurado pelos proprietários, e eles me pediram que revíssemos algumas emendas que tinham sido acolhidas. A emenda que colocamos diz que muitos deles, que não estão na proximidade da escola... Possibilita que eles apresentem... O Deputado Bispo Renato Andrade, que foi quem capitaneou todo esse debate, tinha inclusive esse entendimento, no que diz respeito à bebida alcoólica, obedecendo à legislação que já existe.

A outra questão se refere à concordância com a presença deles da vizinhança e daqueles que têm atividades complementares. O que nós fizemos foi tentar atender ao anseio deles. Eles concordam integralmente com o projeto, inclusive elogiaram bastante o trabalho feito pelo Deputado Bispo Renato Andrade, a quem quero aqui parabenizar. Eu também referenciei-me ao trabalho produzido pela assessoria desta Casa, que foi a mola inicial de toda essa discussão, que, inclusive, subscreitei como projeto.

Portanto, quero aqui discordar do meu nobre colega. Acho que é um prejuízo para eles, mas respeito a opinião do Deputado Rodrigo Delmasso. Creio que eles vão sair daqui com tipo uma vitória de Pirro. Mas isso faz parte da vida. De toda maneira, vou destacar para a votação em separado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, pelo que eu entendi, o projeto veda qualquer tipo de venda de bebida alcoólica em qualquer lugar, mesmo no *food truck*. Então, acho que é de bom alvitre, sim. Na realidade, a emenda que anteriormente foi acatada do *food truck* é interessante.

Portanto, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Wasny de Roure, mantenho meu voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Continua em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, qual é a emenda do Deputado Wasny de Roure? Tem como a gente saber qual é a emenda? São as minhas emendas ou a do Deputado Wasny de Roure?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Não, as minhas eu pedi para retirá-las.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Não. Foi aprovada em primeiro turno, mas pedi para rejeitá-las em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Deputado Julio Cesar, as emendas de V.Exa. já foram destacadas, votadas e rejeitadas. Não estamos mais tratando delas.

DEPUTADO JULIO CESAR – Ah, tudo bem. Até porque conversei com o pessoal do *food truck* e estou cumprindo com aquilo que combinei.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Estamos tratando agora de duas emendas de plenário.

Continua em discussão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou então querendo entender. O Deputado Julio Cesar apresentou três emendas?

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Foram duas emendas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Elas foram rejeitadas?

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Sim.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ah, bom. Se as emendas do Deputado Julio Cesar foram rejeitadas, as minhas subemendas tornam-se desnecessárias. A informação que tive é a de que elas tinham sido aprovadas. Eu peço desculpas aos colegas e aceito a rejeição, porque prevaleceu já a exclusão das duas emendas do Deputado Julio Cesar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Eu gostaria de consultar V.Exa. se prefere retirar as emendas, então. (Pausa.)

Continua em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Eu refaço meu relatório, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Não precisa, se foi retirado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Mas, se S.Exa. retirou, eu não fiz o relatório.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, isso foi falta de informação no processo legislativo.

Eu peço desculpas aos colegas, particularmente ao Relator. Então, estão retiradas as subemendas, tendo em vista as emendas do Deputado Julio Cesar terem sido rejeitadas.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Vamos aprovar do jeito que está aí.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Portanto, peço a desconsideração do parecer do Deputado Rodrigo Delmasso.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 679, de 2015. (Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo, porque estou sentido que estamos correndo o risco de perder o *quorum* para votação de segundo turno dos projetos importantes que votamos em primeiro turno. Que fôssemos mais céleres.

Outra questão de ordem que gostaria de fazer é que se incluísse na pauta o Projeto de Lei nº 812, que trata do remanejamento de crédito da Caesb. Solicito à assessoria de V.Exa. que acate para que a Mesa coloque na pauta de votação da terça-feira, tendo em vista que essa matéria vai ser submetida ainda à CEOF.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Acato a solicitação de V.Exa. e peço à Assessoria de Plenário que tome providências para acrescentar o projeto na pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a sensibilidade dos colegas para que a gente possa votar os projetos dos Deputados.

Quero aqui, mais uma vez, fazer a defesa de votarmos em segundo turno o projeto que autoriza o canabidiol em Brasília. Mais uma vez, esta Casa vai dar para a Nação um gesto de avanço, principalmente no tratamento das pessoas com epilepsia. Essa lei é de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, nós só estamos fazendo a alteração dela.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 146, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 679, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e outros, que “dispõe sobre a comercialização de alimentos em *food truck* no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Quero agradecer ao pessoal que está aqui acompanhando a votação. Devo dizer, também, que é uma construção em parceria com eles, com Thiago Jarjour, com o pessoal que contribuiu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

para que isso pudesse ser realizado hoje, essa votação em segundo turno. Com toda certeza, a população vai ganhar com a aprovação desse projeto de lei.

Item nº 149:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 231, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de filtros e bombas nas piscinas de uso coletivo em residências, condomínios e clubes no âmbito do Distrito Federal”.

Foi apresentada emenda de plenário.

A Presidência designa o Deputado Rodrigo Delmasso para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rodrigo Delmasso, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo à emenda ao Projeto de Lei nº 231, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de filtros e bombas nas piscinas de uso coletivo em residências, condomínios e clubes no âmbito do Distrito Federal”.

Esta Comissão, com base no Regimento Interno, art. 69-B, alínea *j*, foi instada a apresentar parecer referente à Emenda Modificativa nº 2, do próprio autor.

Tendo em vista que o próprio autor apresentou a sua emenda pedindo alteração no art. 4º, que dá uma nova redação dizendo o seguinte: “A concessão de alvará de funcionamento de edificação ou estabelecimento com piscina fica condicionada ao atendimento no disposto desta lei”, somos pela aprovação.

Acatamos a referida emenda e aprovamos o projeto de lei em segundo turno, com a emenda acatada.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à emenda ao Projeto de Lei nº 231, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de filtros e bombas nas piscinas de uso coletivo em residências, condomínios e clubes no âmbito do Distrito Federal”.

No âmbito desta Comissão, o parecer sobre a Emenda Modificativa nº 2, de autoria do Deputado Wasny de Roure, é pela aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 231, de 2015, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 231, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de filtros e bombas nas piscinas de uso coletivo em residências, condomínios e clubes no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Peço que coloque na pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 169, de 2015, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato a solicitação de V.Exa. e peço que seja incluído na Ordem do Dia.

Item nº 150:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 730, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre a utilização de agregados provenientes de resíduos reciclados nas obras de pavimentação ou com sistemas construtivos em concreto ou argamassa executadas ou contratadas pelo Poder Público no Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 730, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre a utilização de agregados provenientes de resíduos reciclados nas obras de pavimentação ou com sistemas construtivos em concreto ou argamassa executadas ou contratadas pelo Poder Público no Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 151:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 41, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “altera a Lei nº 4.202, de 3 de setembro de 2008, que institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 41, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “altera a Lei nº 4.202, de 3 de setembro de 2008,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

que "institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 169, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os planos e seguros de saúde, no âmbito do Distrito Federal, reembolsarem integralmente as despesas com profissionais especialistas necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, quando não disponíveis na sua rede credenciada e dá outras providências".

Solicito ao relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço para incluir como item extrapauta, no final da pauta ordinária, o Projeto de Lei nº 958, de 2012.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos tendo a grata satisfação na tarde de hoje de estar aqui conosco no plenário o Presidente da CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, Dr. Maurício Ludovice.

Ele é um servidor de carreira da Caesb, que veio aqui fazer um apelo aos colegas Parlamentares para um remanejamento de 30 milhões. É uma medida estratégica e necessária. A Caesb é uma empresa que está bastante debilitada, e há um projeto de compromisso desta Casa com o fortalecimento das nossas empresas públicas.

Portanto, eu peço que V.Exa. inclua na Ordem do Dia de hoje, se possível.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Acato o pedido de V.Exa. e peço à assessoria que inclua na Ordem do Dia.

Solicito ao relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 169, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de os planos e seguros de saúde, no âmbito do Distrito Federal, reembolsarem integralmente as despesas com profissionais especialistas necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, quando não disponíveis na sua rede credenciada e dá outras providências”.

Acato o Projeto de Lei nº 169, de 2015, acatando a Emenda nº 1 e rejeitando a Emenda nº 2.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reunimos o Colégio de Líderes e delimitamos mais ou menos o que vai ser votado. Pelo que estou vendo, está sendo colocado projeto que sequer estava na pauta. Aí, é pedido para colocar extrapauta. A maioria dos Deputados aqui não tem ciência do que está votando. Depois, quando surgem os problemas, todo mundo paga por eles.

Eu sugiro que permaneça aquela velha e boa prática de só votar o que está em pauta. Quando for pedido um extrapauta, como o Deputado Wasny de Roure pediu agora, analisamos. Mas do jeito que está aí, vai botando, vai botando, e vai aumentar ainda mais a desigualdade dos que aprovam dezenas de projetos e dos que não aprovam nada. Aumenta ainda mais o desequilíbrio.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não quis, em momento nenhum, desrespeitar o Colégio de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

Sou uma pessoa bastante ciosa com a liturgia do processo legislativo. Estou aqui para honrar os acordos que são feitos lá.

O que nós fizemos foi um gesto, em função da consideração ao Presidente da Caesb. Eu pedi a inclusão extrapauta, e o Deputado Prof. Israel acolheu. É bem verdade que não foi discutido no Colégio de Líderes, eu admito, Deputado Chico Vigilante. Mas trata-se de um remanejamento para uma empresa pública que está com sua situação extremamente difícil. Esta Casa tem compromisso de apoiar o fortalecimento das nossas empresas. Foi nesse sentido que pedi a inclusão. Em momento algum tive a intenção de violar o acordo de Líderes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, eu creio que V.Exa. não prestou atenção na questão que eu levantei.

Eu estou levantando o seguinte, e pontuei: quanto ao que V.Exa. pedia para colocar em pauta, o estudo da Caesb, eu estou de acordo. Eu não estou de acordo é com a inclusão de projetos e mais projetos de Deputados sem terem sido discutidos em canto nenhum. Há Deputados, inclusive, que nem estão mais nesta Casa. Isso vai aumentar ainda mais a desigualdade aqui. V.Exa. era um dos que questionavam. Por isso estou levantando a questão de alguns Deputados terem dezenas de projetos aprovados e outros não terem quase nada. É isso o que eu estou levantando.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Minha solicitação, Deputado Chico Vigilante, não contraria o que V.Exa. está dizendo.

Eu queria aqui, humildemente, que voltássemos ao item nº 148. Eu só tenho um projeto aprovado este ano, estou indo para o segundo. Então, eu gostaria que o item nº 148 fosse colocado em votação também. Na verdade, é uma extensão das outras sessões que já fizemos lá atrás, nas quais aprovamos projetos de Deputados. Eu gostaria de merecer a gentileza de ter esse item apreciado. Trata-se de um projeto de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Como já estamos em processo de votação e eu acato a solicitação de V.Exa. Voltamos à pauta em seguida, Deputado Chico Vigilante.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 169, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

O projeto está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Nós vamos voltar aqui, porque há dois Deputados que estão presentes: o Deputado Cláudio Abrantes e o Deputado Raimundo Ribeiro. Depois, vamos passar à votação em segundo turno de projetos de Deputados e de projetos do Executivo.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só a título de informação: O Congresso Nacional acaba de instalar comissão especial para apreciar o *impeachment* da Presidente Dilma. A eleição foi feita agora no plenário. Com 272 votos, foram eleitos os 66 Parlamentares que irão fazer parte agora da comissão especial que vai apreciar o *impeachment* da Presidente Dilma.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, são duas solicitações. Vou fazer a primeira porque eu não estava presente. Eu conversava com o representante do setor cultural. Entendo que a Mesa agiu corretamente, mas o item nº 147 foi pulado. É um projeto de lei de minha autoria. Assim, eu gostaria de solicitar que esse projeto fosse apreciado.

A segunda solicitação, Sr. Presidente, diz respeito a essa conversa que tivemos com o setor cultural. Ficamos em um dilema do ponto de vista de um projeto de aprovação da flexibilização do uso dos recursos do fundo – falando de maneira mais clara.

O governo apresentou uma proposta de acordo ao setor cultural que os próprios representantes do setor entendem como positiva e interessante. Eles estão muito afeitos a aceitarem essa proposta. Todavia, cinco representantes não podem falar por mais de duzentos membros dessa comunidade cultural. Eles estão reunidos neste momento. Já começaram a reunião para analisarem essa proposta.

A minha solicitação é, na verdade, um pedido à Mesa e aos Parlamentares. Primeiro, peço aos Parlamentares que não deixem o *quorum* cair. O pedido à Mesa é para que este projeto de lei que trata dos fundos seja o último a ser analisado. No fundo, no fundo, o ideal era que votássemos isso em outra oportunidade, que fosse adiada a apreciação em segundo turno, mas eu vejo que essa não é a intenção do governo. Parece que não foi o acordo de Líderes. Não vou entrar nesse mérito. O que queremos é que haja um equilíbrio e que esta Casa possa fazer a mediação,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

Presidente, porque há o interesse do governo, há um interesse da comunidade cultural e há uma proposta de acordo com grande possibilidade de ser aceita, mas é necessário tempo hábil para que seja discutido.

Nós queríamos pedir que os Deputados não se retirassem para não cair o *quorum* e, se fosse possível, que esse projeto fosse o último a ser apreciado ou até que fosse adiada a apreciação para outra sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato o pedido de V.Exa. Só não posso garantir o *quorum*. As demais solicitações estão acatadas. O apelo está feito.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para completar uma informação trazida a este plenário pelo Deputado Rodrigo Delmasso. Na verdade, o que acaba de acontecer neste momento, na Câmara dos Deputados, é a destruição das instituições chamadas partidos neste País.

Há uma regra na Câmara dos Deputados que já vem de muito tempo. Os partidos se organizam, montam as suas chapas e disputam as eleições. Portanto, cada partido montou a sua chapa. Dava um total de 66. Os chamados dissidentes montaram um arremedo de chapa com 39. No entanto, o conselho de lá é composto de 66. Elegeram 39 – por 272 a 199 –, numa situação vexatória e vergonhosa que vai aparecer para o mundo inteiro hoje. Mais parecia o plenário do Congresso de Taiwan. Foi porrada, quebra de urna. Ocorreu o diabo dentro da Câmara dos Deputados hoje. Imediatamente, mais uma vez, já judicializaram o resultado.

E eu pergunto: onde está o Sr. Rodrigo Janot, que não afastou ainda um celerado chamado Eduardo Cunha, que está levando, efetivamente, a Câmara dos Deputados à desmoralização no grau máximo? É isso o que ele está fazendo, levando à desmoralização no grau máximo.

Há uma decisão de que a votação lá seja aberta. Ele impôs o voto secreto, sem ter amparo jurídico nenhum. Certamente, será derrubado no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, será uma vergonha ver as imagens que vão aparecer para o mundo hoje. Já estão aparecendo. Porrada dentro do plenário da Câmara dos Deputados. Aquilo é uma vergonha. Aquilo não pode acontecer nem na Câmara de Vereadores de Cabrobó, imagina no plenário da Câmara dos Deputados! É uma demonstração de que as pessoas não se respeitam mais, que não existe nenhum tipo de respeito entre elas.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu gostaria de fazer um apelo aos nobres Deputados: façamos as discussões logo após as votações. O



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

que está acontecendo no Congresso nos interessa muito, é claro, mas é uma briga deles. Vamos brigar aqui para resolver os nossos problemas.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero adicionar mais um fato, Deputado Chico Vigilante. Realmente foi deplorável aquilo que aconteceu no Congresso Nacional. Está muito fácil ver – porque as imagens são muito claras – quem foi o protagonista naquele episódio. Hoje, demonizar o Eduardo Cunha... Eu nem o conheço pessoalmente, aliás, não tenho nem simpatia por ele. Hoje demonizar é querer apequenar a discussão.

Adicionando a tudo isso, eu trago também a informação a este plenário de que o Senador Delcídio do Amaral firmou o acordo de delação premiada. Talvez surjam fatos novos por aí.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Passaremos à leitura de pauta. Nós vamos respeitar o acordo de votarmos dois projetos dos Deputados para dar condições de igualdade. Depois vou encerrar a sessão e abrir extraordinária para votarmos em segundo turno os demais projetos.

Peço a colaboração dos demais colegas. Está ficando tarde – já são 19h07min. Que possamos dar o andamento o mais rápido possível.

Item nº 147:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 342, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a destinação preferencial aos portadores de necessidades especiais permanentes e aos idosos das unidades habitacionais localizadas em andar ou pavimento com melhores condições de acesso, desde que regularmente inscritos nos programas de habitação do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 342, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a destinação preferencial aos portadores de necessidades especiais permanentes e aos idosos das unidades habitacionais localizadas em andar ou pavimento com melhores condições de acesso, desde que regularmente inscritos nos programas de habitação do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu, no início desta sessão, fiz um pedido à Mesa. A Mesa era presidida pela Deputada Liliane Roriz, mas tive um prévio entendimento com a Deputada Celina Leão. Eu já tenho a anuência da Presidência desta Casa para a inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 683, de 2011. Esse projeto sumiu e já tramitou nas comissões. Foi necessário pedir a reconstituição dele. O Deputado Cláudio Abrantes entrou com o requerimento. Eu pedi que fosse despachado para que o Plenário desta Casa pudesse apreciá-lo.

Estou sendo prejudicado sem entender por quê. Eu sou um Deputado que está aqui permanentemente para viabilizar *quorum*. Até mesmo para votar contra, estou aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Respeito V.Exa. Do ponto de vista regimental, esse é um problema da Mesa da Casa, que vai reconstituir o processo de V.Exa. para que tenhamos condições de votá-lo.

Item nº 148:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 335, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a instalação de fraldários nos banheiros masculinos dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 335, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a instalação de fraldários nos banheiros masculinos dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo a V.Exa.: comunique-se com a Presidência e solicite a anuência dela para aquilo que cabe à Mesa fazer. O Deputado não pode ficar prejudicado. É um projeto de 2011!

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – V.Exa. tem razão. Solicito à assessoria da Mesa que requeira à Presidência da Casa providências no sentido de reconstituir o processo de V.Exa.

Convoco as Sras. e Srs. Deputados para a sessão extraordinária, com início imediato após essa sessão ordinária, para apreciação dos seguintes itens:

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 811, de 2015, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$18.000.000,00” (dezoito milhões de reais).”



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08   12   2015	15h35min.	113ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 27, de 2015, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “altera a Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, e dá outras providências”.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, Projeto de Lei nº 765, de 2015, de autoria da Defensoria Pública, que “estrutura o quadro de pessoal próprio da Defensoria Pública do Distrito Federal”.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 1º, *caput*, da Lei Complementar nº 894, de 2 de março de 2015, que dispõe sobre a movimentação dos recursos dos fundos especiais na conta única do Tesouro do Distrito Federal e dá outras providências”.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 744, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 1º da Lei nº 3.269, de 30 de dezembro de 2003, que estabelece alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS às atividades que especifica”.

Item nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 683, de 2011, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “institui a reserva de vagas para vigilantes do sexo feminino nas contratações que especifica e dá outras providências”.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu tinha pedido, no início da sessão, a inclusão de um último item extrapauta na extraordinária para votação do PL nº 958, de 2012.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Rodrigo Delmasso, nos termos do acordo firmado entre a Presidência desta Casa e demais Líderes, ficou a discussão da derrubada de veto para uma sessão na segunda-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h15min.)